

RELATO INTEGRADO 2020





Utilize o menu superior e navegue para os capítulos de seu interesse

Utilize as setas e navegue página a página pelo documento

Clique neste ícone para acessar o sumário



Sobre este Relato

O ano de 2020 foi bastante desafiador para todos nós. A pandemia decorrente do novo coronavírus vem gerando grandes impactos sociais e econômicos em todo o mundo. Diante desse cenário, a preocupação primária do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco foi proteger a saúde de nossos colaboradores, conselheiros, profissionais da contabilidade e parceiros. Em seguida, o CRCPE readequou e aprimorou seu funcionamento para auxiliar aos contabilistas, profissionais essenciais na retomada do desenvolvimento socioeconômico do país, a realizar seu papel nesse momento difícil.

Dentre as diversas modificações realizadas durante o período pandêmico destaca-se a adoção do regime de Teletrabalho e a realização de cursos, eventos e reuniões regimentais de forma virtual.

Sendo assim, o objetivo deste Relatório Integrado (RI) é apresentar as principais práticas, inovações e investimentos que realizamos ao longo do ano de 2020 para o pleno funcionamento do CRCPE, apesar da pandemia.

Destaque-se que o RI do CRCPE, o qual chega a sua terceira edição, tornou-se uma das nossas principais publicações de informação, sendo uma ferramenta importante para o acompanhamento e avaliação da gestão.

Por fim, registramos nossa gratidão aos dos nossos colaboradores e parceiros pelo imenso esforço e dedicação e, também, manifestamos nossa solidariedade com todas as vítimas da Covid-19.

Desejamos uma boa leitura!

Recife, 31 de dezembro de 2020

Comissão do Relatório Integrado 2020

Sumário

• Mensagem da Presidente	5
• Quem Somos	6
• Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	7
• O CRCPE	8
• Ambiente Externo	9
• Principais canais de comunicação com a sociedade	10
• Cadeia de Valor	11
• Riscos, Oportunidades e Perspectivas	12
• Fluxo de Operacionalização	13
• Principais riscos e respostas	14
• Governança, Estratégia e Desempenho	15
• Governança	16
• Lei Geral de Proteção de Dados	18
• Estratégia	19
• Alocação de recursos	20
• Resultados das áreas fim	21
• Gestão de pessoas	28
• Gestão de licitações e contratos	29
• Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	30
• Declaração da Contadora do CRCPE	31
• Gestão Orçamentária e Financeira	32
• Execução orçamentária	33
• Gestão Patrimonial e Infraestrutura	34
• Gestão de Custos	35
• Balanço Patrimonial (BP)	36
• Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)	37
• Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)	37
• Balanço Financeiro (BF)	37
• Balanço Orçamentário (BO)	38
• Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	39
• Restos a Pagar Processados (RPP)	39
• Notas explicativas às Demonstrações Contábeis	40

#somoscontabeis

Mensagem da Presidente

Marcado pela pandemia da Covid-19, o ano de 2020 se apresentou como um dos momentos mais desafiadores de nossa história, trazendo muitas dificuldades para todos, com perdas humanas, sociais e econômicas incalculáveis. Porém, mesmo em um cenário tão adverso, enxergamos oportunidades que fizemos com que, mais uma vez, reinventássemos-nos sob o olhar da inovação e da evolução.

A sociedade pernambucana, assim como os demais estados brasileiros, a partir de março/2020, precisou se adaptar em tempo recorde à um novo cenário econômico e à uma grande quantidade de normas publicadas pelo Governo Federal e pelo Estado de Pernambuco para mitigar os impactos da pandemia. Nesse contexto, o profissional da contabilidade, mais uma vez, se mostrou fundamental à gestão dos negócios e o Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco, como uma entidade partícipe do desenvolvimento sustentável da sociedade pernambucana e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil, não mediu esforços para lidar com a crise, enfrentando vários desafios, dentre eles manter a essencialidade da profissão, contribuindo para a continuidade dos negócios e a manutenção de empregos.

No CRCPE, em março de 2020 foi instaurado o comitê de crise para definir ações para enfrentamento e minimização dos impactos esperados da pandemia. Dentre as medidas aplicadas destaque-se a adoção do regime laboral de Teletrabalho no Regional, a realização de reuniões regimentais e cursos por videoconferência e a ampliação da oferta de serviços online, cuidando para

que todos pudessem continuar suas atividades enquanto vivenciou-se as restrições impostas pelo momento atual.

No âmbito da Fiscalização, uma das atividades fim do CRCPE, foi implementada a suspensão dos prazos processuais e do envio de notificações e autos de infração aos fiscalizados, de 23 de março a 30 de junho, a fim de preservar a saúde dos profissionais e usuários. Apesar disso, o percentual de diligências realizadas pelos CRCs não foi menor do que o previsto, uma vez que, remotamente, a área de Fiscalização dos CRCPE continuou realizando trabalhos de diligências através de consultas aos portais de transparência, redes sociais, sites de busca e publicações técnicas da área contábil nos jornais de grande circulação. Além disso o serviço eletrônico de recepção e admissibilidade de denúncias ficou ativo durante o período de suspensão. Portanto, os dados apresentados neste relatório mostram que o fato de não ter ocorrido fiscalização in loco durante o período pandêmico não significou o paralisação dos trabalhos internos, de investigação e de análise técnica.

Na área de Registro, também houve importantes adequações para que os serviços prestados fossem mantidos durante as restrições, destacamos o recebimento dos processos de registro de forma digital, garantindo assim a tramitação de processos de novos registros de profissionais ou empresas de serviços contábeis, dentre outras atividades relacionadas ao setor.

Na área de Desenvolvimento Profissional, destacamos as seguintes adequações: Realização do Exame de Qualificação Técnica



Contadora Dorgivânia Arraes, Presidente do CRCPE

na modalidade eletrônica e alteração na pontuação mínima exigida para o cumprimento do Programa de Educação Profissional continuada (PEPC). Como inovação diante do novo cenário, a programação de cursos e eventos foi completamente reformulada pela área com apoio da Câmara Técnica do CRCPE, para a modalidade virtual através das plataformas digitais: Zoom, YouTube e Instagram.

Na área da infraestrutura, o cronograma de construção de sua nova sede foi mantido, graças às ações de planejamento e contenção de gastos e apoio do CFC, garantindo reserva para concretização deste importante projeto. Desafio compartilhado com os conselheiros os quais, também se empenham junto a Gestão para que o CRCPE continue obtendo ótimos resultados institucionais.

Já na área de Política Institucional, o CRCPE estreitou relacionamento com diversas entidades públicas e privadas. Foram firmadas parcerias com o SEBRAE-PE, com a Universidade de Pernambuco, com a JUCEPE, com o Porto Digital do Recife, com a Superintendência Regional do Trabalho, com o Governo de Pernambuco, entre outras entidades, visando o fortalecimento da profissão em todo o Estado de Pernambuco e à capacitação dos profissionais da contabilidade.

Reconhecendo, expressamente a fidedignidade, precisão e completude, das informações prestadas no Relatório de Gestão, destacamos que, ao longo dos quatro capítulos do presente Relato Integrado, será possível verificar os resultados obtidos no exercício com vinculação à missão institucional e aos objetivos estratégicos, apresentando uma descrição resumida dos principais indicadores de desempenho, resultados alcançados frente às metas estabelecidas, justificativas para aquelas não alcançadas e os novos desafios para o próximo exercício. Como também as informações orçamentárias, financeiras, contábeis e outros dados relevantes.

Por último, destaque-se que o propósito do Relatório Integrado 2020 é mais do que apresentar os resultados alcançados durante o ano, evidencia o modo como a gestão do CRCPE atuou no gerenciamento de uma crise inesperada que trouxe desafios imensos e que continuarão sendo enfrentados nos anos seguintes. Todo o resultado apresentado ao longo destas páginas espelha o trabalho conjunto e integrado de conselheiros, funcionários e colaboradores que fez com que CRCPE reforçasse a missão de honrar seu compromisso com a classe contábil e com o interesse públi-

co. Reafirmamos nosso compromisso em emprendermos esforços ainda maiores em contribuir com o Estado de Pernambuco, ampliando nosso trabalho em prol da recuperação econômica e social, sempre dentro da ética e da transparência que nos guiaram até aqui.

Saúde e Paz a todos!

Boa leitura.



**Contadora Maria Dorgivânia
Arraes Barbará**

Presidente do Conselho Regional
de Contabilidade de Pernambuco

Números do CRCPE

Quem somos



**A Classe Contábil
Pernambucana**

2 Subsedes

10 Delegacias

6 Representações

48 Funcionários

6 Fiscais

36 Conselheiros
Efetivos e Suplentes

9.650

Contadores

5.768

Técnicos em
Contabilidade

1.680

Organizações
Contábeis



VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



O CRCPE

Criado pelo Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946, e alterado pela Lei n.º 12.249/2010, o Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE) é uma Autarquia Especial Federal, dotada de personalidade jurídica de direito público. Sua estrutura, organização e funcionamento são regulamentados pela Resolução CFC n.º 1.370/2011, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade, e a Resolução CRCPE n.º 251/2003, que dispõe sobre o Regimento Interno do CRCPE. O Plenário da entidade é integrado por 18 (dezoito) conselheiros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pelos profissionais da contabilidade do Estado de Pernambuco para um mandato de 4 anos, havendo a cada dois anos a renovação de seus membros na proporção de 2/3 e 1/3, respectivamente.

São funções do CRCPE

- Registrar, fiscalizar e promover a educação profissional continuada para os profissionais da contabilidade em todo o território do Estado de Pernambuco.
- Registrar e fiscalizar as empresas que prestam serviços contábeis em todo o território do Estado de Pernambuco.
- Coibir o exercício irregular da profissão contábil no Estado de Pernambuco.

Principais normas da entidade [clique e leia](#)

Missão

Inovar para o desenvolvimento da profissão contábil, zelar pela ética e qualidade na prestação dos serviços, atuando com transparência na proteção do interesse público.

Visão

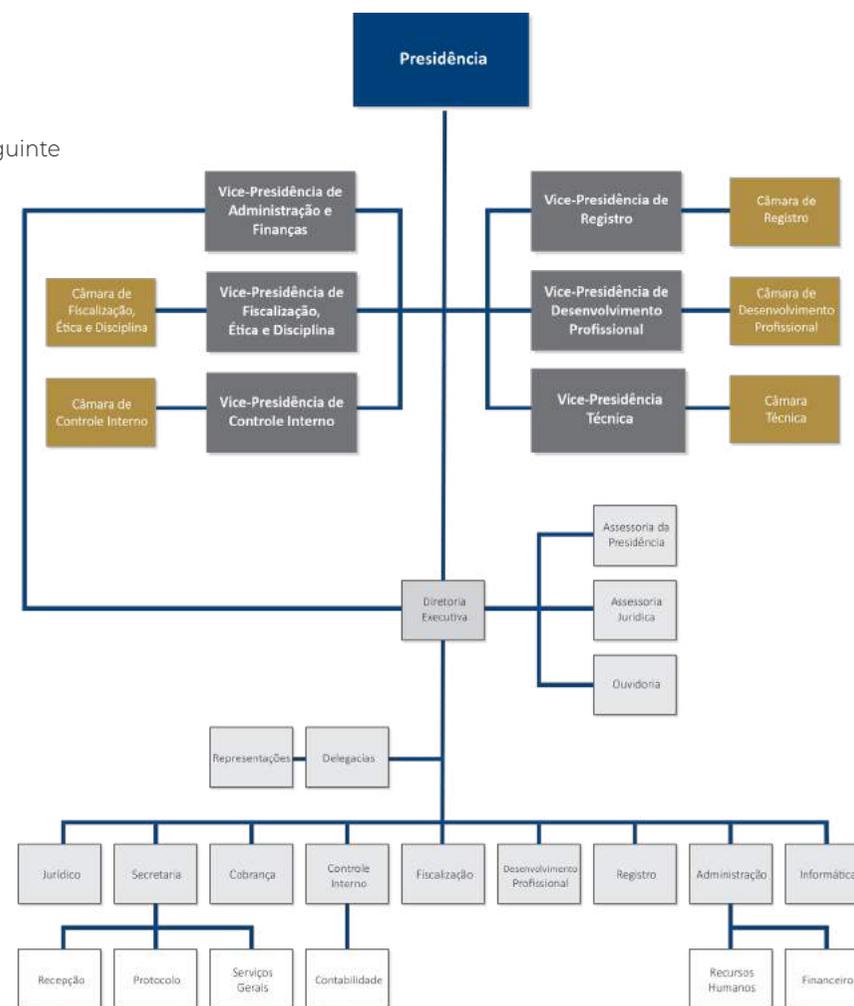
Ser reconhecido como uma entidade profissional partícipe no desenvolvimento sustentável do país e que contribui para o pleno exercício da profissão contábil no interesse público.

Valores

Ética, Excelência, Confiabilidade e Transparência.

Organograma

O CRCPE apresenta a seguinte estrutura organizacional:



Órgão Deliberativo Superior

- Plenário

Órgãos Deliberativos Específicos

- Câmara de Controle Interno
- Câmara de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Câmara de Registro
- Câmara de Desenvolvimento Profissional
- Câmara Técnica

Órgãos Consultivos

- Conselho Diretor
- Comissões Específicas

Órgãos Executivos

- Presidência
- Vice-Presidência de Administração e Finanças
- Vice-Presidência de Controle Interno
- Vice-Presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina
- Vice-Presidência de Registro
- Vice-Presidência de Desenvolvimento Profissional
- Vice-Presidência Técnica

Ambiente Externo

A crise instaurada no planeta a partir da disseminação do novo coronavírus que vitimou milhares de pessoas em 2020, gerando colapso nos sistemas de saúde e a economia do mundo inteiro exigiu de todos um maior senso de responsabilidade acerca da saúde coletiva e do bem-estar social e impôs uma mudança na rotina de todos.

Além desses desafios, a classe contábil precisou assimilar rapidamente as mais de 3.000 mudanças na legislação publicadas pelas três esferas de governo, em razão da pandemia, que alteraram significativamente a rotina das empresas a partir de março/20.

Especialmente nesse momento de crise generalizada, os profissionais da contabilidade foram fundamentais na preservação da saúde financeira das empresas e na manutenção do emprego e a renda dos cidadãos brasileiros, auxiliando na celebração de milhões de acordos trabalhistas, no âmbito do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, instituído pela Medida Provisória n.º 936/2020.

Esses fatos influenciaram diretamente as ações do CRCPE em defesa da profissão contábil, no interesse público, intensificando o relacionamento institucional com diversos órgãos e instituições públicas e privadas, dentre as quais destacam-se: a JUCEPE para troca de informações entre as instituições e para a capacitação dos profissionais; a SEFAZ-PE e o Governo do Estado para prorrogação dos prazos fiscais e contábeis, relativos ao cumprimento das obrigações tributárias e acessórias, suspensão de execuções fiscais e fiscalizações por um

período de 90 dias e a inclusão da atividade contábil na lista dos serviços essenciais durante o período de restrições impostas pelo momento; a Prefeitura do Recife para a prorrogação do prazo de pagamento do Imposto Sobre Serviços (ISS), das áreas de turismo, eventos, setor de beleza, diversões públicas, entre outros, pelo período de 90 dias; a Secretaria estadual do Trabalho, Emprego e Qualificação de Pernambuco para o esclarecimento de dúvidas em relação ao Decreto 49.055/2020; o SEBREA-PE, que em conjunto com o Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC) do CRCPE, realizaram atendimento on-line e gratuito no esclarecimento de dúvidas, entre outros. Entre as principais ações, várias solicitações foram realizadas à Receita Federal do Brasil (RFB) em relação à prorrogação de prazos de entrega de obrigações acessórias, como da Declaração Anual do Simples Nacional (DASN), da Escrituração Contábil Digital (ECD), da Escrituração Contábil Fiscal (ECF); Todas essas ações foram tomadas na tentativa de minimizar os impactos sociais resultantes da crise econômica causada pela pandemia do novo coronavírus.

Logo que foi publicada a MP n.º 936 de 1º de abril de 2020, que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, CRCPE realizou várias ações de comunicação, através de lives com especialistas e autoridades na área com a finalidade de tirar dúvidas dos profissionais sobre a aplicação das regras previstas na MP, levando informações sérias e seguras para a classe contábil.

Ao todo, o Sistema CFC/CRCs promoveu mais de 900 transmissões ao vivo, além da realização de grandes eventos, na modalidade on-line, como foi 1º Encontro Pernambucano Online de Perícia Contábil nos

dias 11 e 12/09. Promovido em parceria com a Associação dos Peritos Judiciais do Estado de Pernambuco (APJEP), o objetivo foi capacitar profissionais que atuam na área de Perícia Contábil.

Falando ainda sobre Educação profissional, para o atendimento ao programa de Educação Continuada, o CFC reduziu a pontuação mínima no Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC) através da Deliberação CFC n.º 55/2020, a serem obtidos no decorrer do ano e prestada contas até 31/01 do ano subsequente. Tal medida levou em consideração as dificuldades inerentes ao cumprimento dessa obrigação em meio ao isolamento social. Em todo Sistema CFC/CRCs houve readequação da programação dos eventos e cursos para modalidade on-line, visando manter a constante atualização e expansão de conhecimentos e competências técnicas e profissionais.

No âmbito internacional, o Sistema CFC/CRCs esteve junto dos órgãos internacionais, como, por exemplo, da Federação Internacional de Contadores (IFAC) e da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), trocando experiências para o enfrentamento da crise econômica mundial.

Apesar de todas as dificuldades, o profissional da contabilidade em Pernambuco pode ter o merecido reconhecimento estadual ao ser incluído no rol das atividades essenciais.

O ano de 2020 nos ensinou a valorizar ainda mais a importância do trabalho coletivo, da responsabilidade social e valor da profissão contábil para a retomada do crescimento econômico sustentável de toda a sociedade.

Principais canais de comunicação com a sociedade

Ouidoria

Ferramenta de participação e controle social que, por meio da interação com seus usuários, permite ao CRCPE aprimorar a gestão da entidade e melhorar os serviços prestados à classe contábil e à sociedade em geral.

Com foco na integridade, gestão da governança e compliance, em 2020, o CRCPE incluiu no Sistema de Ouidoria uma nova funcionalidade que permite o registro de denúncia anônima por parte do usuário.

Os dados são analisados mensalmente para que a Ouidoria permaneça como um canal de comunicação rápido e eficiente, estreitando a relação entre a sociedade e o CRCPE. Especialmente, no exercício de 2020, por meio das manifestações registradas pelos usuários, o CRCPE buscou, de forma contínua, soluções que pudessem amparar a classe e evitar que os impactos causados pela pandemia do novo coronavírus fossem ainda maiores.

Áreas com maior demanda

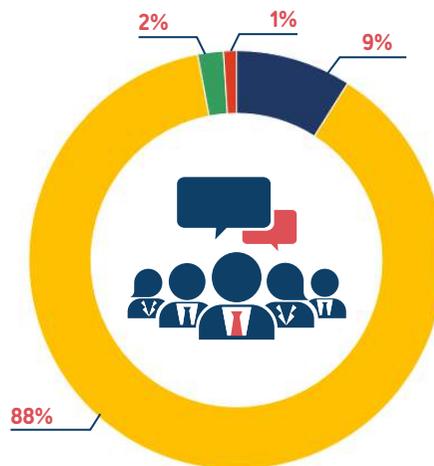
38% Registro
28% Cobrança

Temas mais frequentes

37% Anuidade
21% Registro Profissional
10% Exame de Suficiência



Mais informações [acesse](#)



- Reclamação
- Denúncia
- Solicitação
- Sugestão

*Não houve manifestações no Simplifique! em 2020

Portal da Transparência e Acesso à Informação

Desde 2014, o CRCPE mantém disponível o Portal da Transparência, que possibilita ao cidadão conhecer, entre outras informações, a estrutura organizacional, os atos normativos, programas, projetos, metas e resultados, as demonstrações contábeis e o processo de prestação de contas do Conselho. As informações são atualizadas de forma periódica e a estrutura do sistema é constantemente avaliada para atendimento do interesse público.

Mais informações [acesse](#)



Assuntos mais acessados em 2020

Quadro de Pessoal **38%**

Atos Normativos **11%**

Contratos, Convênios e Atas de Registro de Preços **11%**

Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC)

Com o objetivo de facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas, o Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco disponibiliza sistema informatizado para registro de pedidos de acesso à informação. Por meio do sistema, além de realizar o pedido, é possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado, entrar com recursos e consultar as respostas recebidas.

Mais informações [acesse](#)



Comunicação Institucional

f **5.302** seguidores

ig **14.920** seguidores

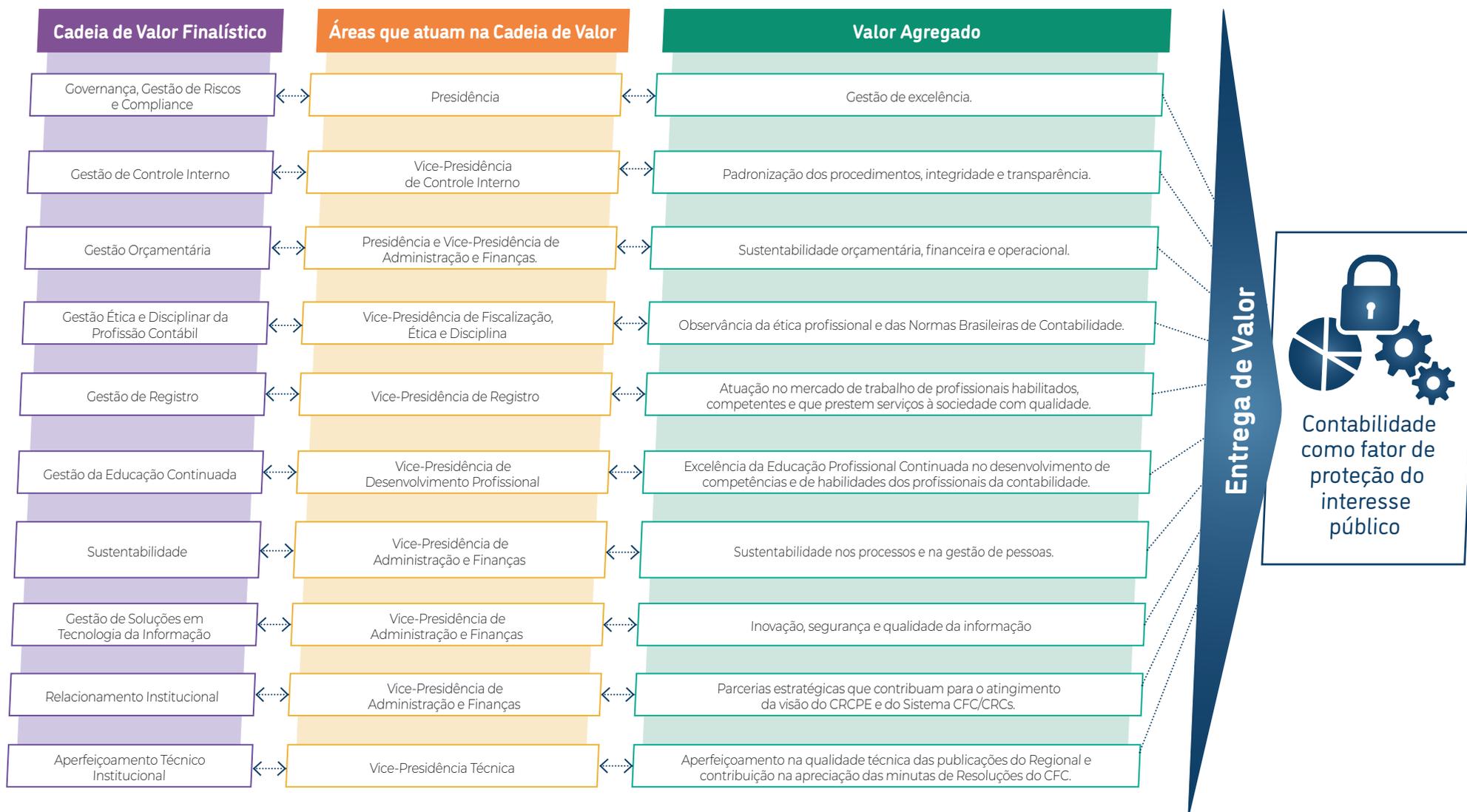
yt **1.180** seguidores

Acessos ao portal do CRCPE



Cadeia de Valor

Nossa Cadeia de Valor representa os quatro pilares da nossa Lei de Regência, que viabiliza ao CRCPE registrar, fiscalizar o exercício da profissão contábil, orientar e promover a Educação Continuada dos profissionais.





RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS



Riscos, Oportunidades e Perspectivas

O alcance dos objetivos corporativos expõe a instituição a riscos decorrentes do exercício das atividades e do ambiente externo. Por essa razão, é imprescindível realizar um processo de gestão de riscos que seja capaz de proporcionar razoável segurança à instituição no alcance de suas metas, na tomada de decisões, no uso eficiente de seus recursos e na melhoria da prestação de serviços.

No CRCPE, os normativos que regem o processo de gestão de riscos são a Resolução CRCPE nº 372/2019 - Política de Gestão de Riscos do CRCPE - e a Resolução CRCPE nº 376/2020 - Plano de Gestão de Riscos do CRCPE. De forma sistemática, as resoluções estabelecem os princípios, as diretrizes, as responsabilidades e a metodologia as quais regem a gestão de riscos, com vistas ao alcance das diretrizes estratégicas, à otimização de recursos e ao melhor desempenho organizacional.

Natureza do Risco	Categoria do Risco
Não orçamentário-financeira	Estratégico: eventos que podem impactar na missão, nas metas ou nos objetivos estratégicos do CRCPE.
	Operacional: eventos que podem comprometer as atividades da unidade organizacional, sejam eles associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas, afetando o esforço da gestão quanto à eficácia e a eficiência dos processos.
	Conformidade: eventos que podem afetar o cumprimento de leis e regulamentos aplicáveis.
Orçamentário-financeira	Reputação: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade em relação à capacidade do CRCPE em cumprir sua missão institucional ou que interfiram diretamente em sua imagem.
	Integridade: eventos que podem afetar a probidade da gestão dos recursos e das atividades do CFC, causados pela falta de honestidade e desvios éticos.
Orçamentário-financeira	Fiscal: eventos que podem afetar negativamente o equilíbrio das receitas do Sistema CFC/CRCs.
	Orçamentário: eventos que podem comprometer a capacidade do CFC de contar com os recursos orçamentários necessários à realização de suas atividades, ou eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária.

Responsabilidades

Plenário

- Aprovar a Política de Gestão de Riscos e suas alterações.
- Aprovar o Plano de Gestão de Riscos e suas alterações.

Conselho Diretor

- Propor ao Plenário do CRCPE a Política de Gestão de Riscos e suas alterações.
- Acompanhar a execução do Plano de Gestão de Riscos.
- Acompanhar a Matriz Gerencial de Riscos.

Diretoria Executiva

- Gerenciar a implementação da gestão de riscos.
- Definir os processos prioritários para a gestão de riscos.
- Comunicar ao presidente o andamento do gerenciamento de riscos.
- Dizerim dúvidas quanto à identificação do gestor de determinado risco no âmbito interno das unidades organizacionais.
- Orientar a integração do gerenciamento de riscos com outras atividades de gestão.

Presidência

- Definir a Política de Gestão de Riscos.
- Avaliar as propostas de mudanças da Política de Gestão de Riscos.
- Definir o apetite a risco do CRCPE.
- Aprovar a indicação dos gestores de riscos.

Comitê de Gestão de Riscos

- Elaborar a Política e o Plano de Gestão de Riscos do CRCPE.
- Assessorar a alta direção.
- Comunicar à Diretoria Executiva o andamento do gerenciamento de riscos.
- Recomendar, quando necessária, a reavaliação e readequação da Política de Gestão de Riscos do CRCPE.
- Tratar os casos omissos e as exceções da Política de Gestão de Riscos do CRCPE.
- Estabelecer o contexto de forma geral para o Processo de Gestão de Riscos.
- Realizar o monitoramento e a análise crítica do Processo de Gestão de Riscos, propondo aos gestores ajustes e medidas preventivas e proativas.
- Orientar as partes interessadas no Processo de Gestão de Riscos.
- Elaborar e monitorar a Matriz Gerencial de Riscos, em que estarão descritos os riscos classificados como 'Extremos' e 'Altos'.

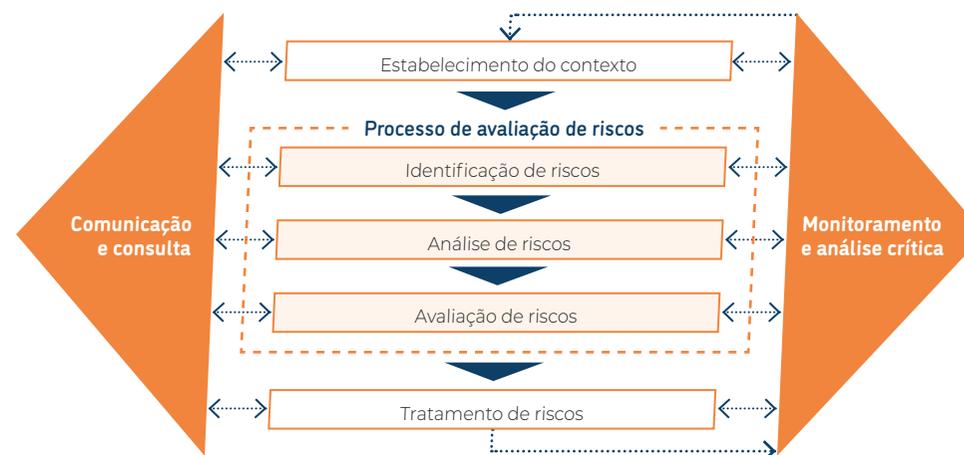
Gestores de Áreas

- Sugerir os processos prioritários para gerenciamento dos riscos;
- Monitorar as operações do Processo de Gestão de Riscos realizadas pelos gestores dos riscos de sua área.
- Validar e contribuir na tomada de decisões dos planos de ação definidos na gestão dos riscos.
- Monitorar a execução dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos identificados pelos gestores dos riscos de sua área.
- Comunicar as ações realizadas pela Unidade Organizacional ao Comitê de Gestão de Riscos.

Gestores dos Riscos

- Executar as atividades referentes ao processo de identificação, análise, avaliação e tratamento dos riscos da atividade/projeto sob sua responsabilidade.
- Comunicar as ações realizadas aos gestores de áreas e/ou ao Comitê de Gestão de Riscos.

Fluxo de Operacionalização



Implantação

No ano de 2020, o CRCPE deu início à implantação da gestão de riscos em cada uma de suas áreas. O Comitê de Gestão de Riscos, definido na Portaria CRCPE n.º 166/2019, realizou diversos encontros com as áreas e, seguindo as etapas do fluxo acima, procedeu o mapeamento de 63 riscos. O Painel de Riscos abaixo apresenta os riscos agrupados por nível.

Na etapa seguinte essencial ao processo de Gestão de Riscos, será feito o monitoramento dos planos de ação dos riscos mapeados para identificar possíveis mudanças no perfil do risco e ajustar respostas, prioridades e prazos definidos.

O Conselho Diretor do CRCPE fará o acompanhamento mensal dos principais riscos da entidade, classificados como 'Extremos' e 'Altos' e também de todos os riscos de integridade, identificados nos processos.

Principais riscos e respostas

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível do Risco	Categoria	Resposta	Plano de Ação
Crescimento das baixas de registro	Alta	Muito Alto	Alto	Estratégico	Mitigar	Campanhas de conscientização sobre a importância e obrigatoriedade do registro para a o exercício da profissão contábil e encaminhar para a Fiscalização a informação da baixa.
Média participação dos profissionais da contabilidade em eventos de capacitação - educação continuada	Baixa	Médio	Baixo	Estratégico	Mitigar	Manter e ampliar os controles existentes e realizar campanhas institucionais.
Descumprimento dos prazos processuais	Média	Médio	Médio	Conformidade	Mitigar	Ampliar o quantitativo de reuniões regimentais extraordinárias para julgamento dos processos; melhorar o planejamento interno de instrução e distribuição de processos e realizar capacitação dos conselheiros.
Falta de atualização do parque computacional do CRCPE	Alta	Alto	Alto	Operacional	Mitigar	Melhorar o planejamento das contratações conforme PDTI. Manter atualizado controle de ativos da rede.



GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

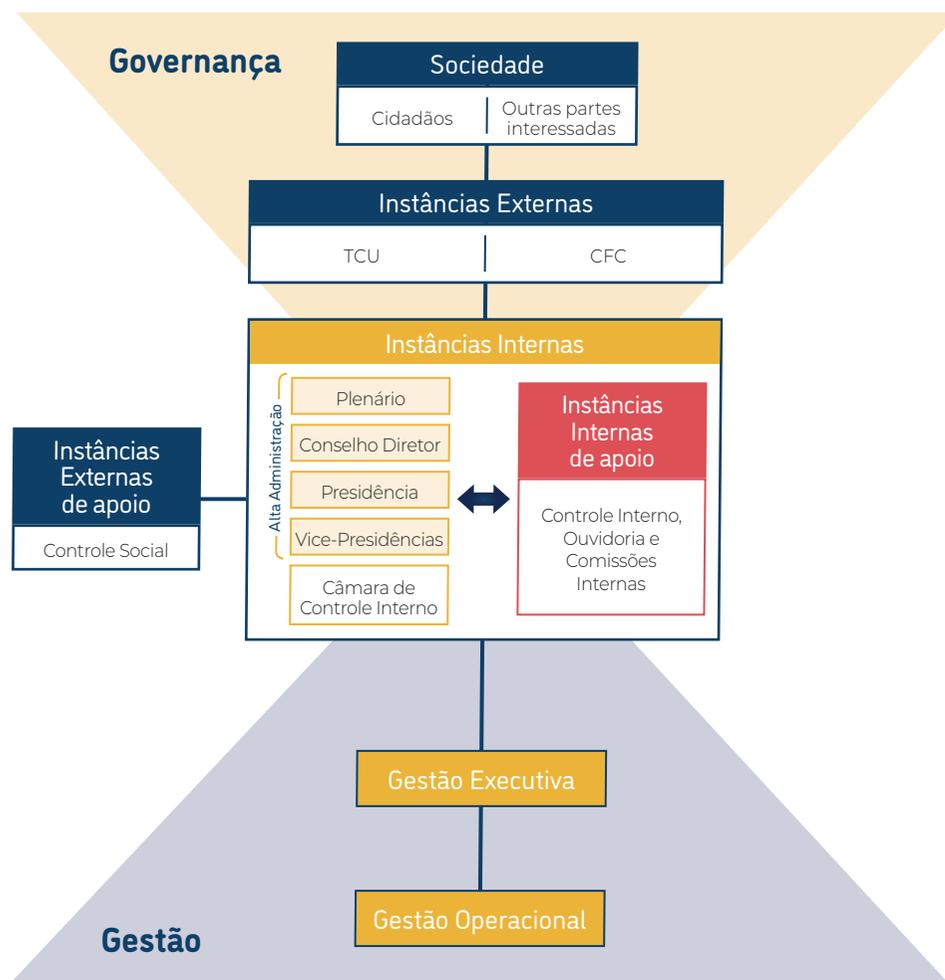


Governança

Considerando que a Governança Pública tem o propósito de melhorar o desempenho organizacional, contribuir para a redução dos riscos e assegurar que as ações executadas estejam sempre alinhadas com o interesse público, o Conselho Federal de Contabilidade, através da Resolução CFC n.º 1.549 instituiu a Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs.

O CRCPE, por sua vez, com a finalidade de garantir que as boas práticas de governança se desenvolvam e sejam praticadas pelo CRCPE de forma contínua e progressiva, foi instituída a Comissão de Gestão da Governança Organizacional do CRCPE pela Portaria CRCPE n.º 072-A/2019.

No CRCPE, a Governança compreende a seguinte estrutura:



Fonte: Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública

A partir do Referencial Básico de Governança Aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública (RBG), publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a Comissão promoveu o levantamento das práticas de governança promovidas no âmbito do CRCPE e identificou cada um dos normativos do CRCPE que demonstram o atendimento às práticas de Governança exigidas, conforme pode ser visto no quadro a seguir.

Para saber mais sobre os conceitos relacionados às práticas de governança listadas abaixo

acesse 

	Pessoas e Competências	Princípios e Comportamentos	Liderança Organizacional	Sistema de Governança
Mecanismo Liderança	L1.1 - Eleição dos membros do Plenário do CRCPE; Plano de Cargos e Salários do CRCPE.	L2.1 - Código de Conduta para conselheiros, colaboradores e funcionários do Sistema CFC/CRCs.	L3.1 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores; Resolução que aprova a proposta orçamentária e Plano de Trabalho para o exercício.	L4.1 - Regimento Interno do CRCPE; Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Organograma do CRCPE.
	L1.2 - Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do CRCPE.	L2.2 - Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do CRCPE.	L3.2 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027.	L4.2 - Regimento Interno do CRCPE; Limites e instâncias de governança para a contratação e pagamento de bens e serviços e de gastos com diárias e passagens no âmbito do CRCPE.
	L1.3 - Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade; Plano de Cargos e Salários do CRCPE.	L2.3 - Comissão de Gestão da Governança Organizacional do CRCPE; Comissões de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do CRCPE.	L3.3 - Decreto-Lei nº 1.040/69 - Dispõe sobre os Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, regula a eleição de seus membros, e dá outras providências; Portaria 154/2019 que estabelece limites e instâncias de governança para a contratação e pagamento de bens e serviços e de gastos com diárias e passagens no âmbito do CRCPE.	L4.3 - Regimento Interno do CRCPE; Política de Governança no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Organograma do CRCPE.
			L3.4 - Política de Gestão de Riscos do CRCPE; Comitê de Gestão de Riscos do CRCPE.	
			L3.5 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.	

	Relacionamento com Partes Interessadas	Estratégia Organizacional	Alinhamento Transorganizacional
Mecanismo Estratégia	E1.1 - Resolução CFC n.º 1.439/13 - Regula o acesso a informações previsto na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Carta de Serviços ao Usuário do CRCPE; Resolução CFC n.º 1.544/18 - Regula a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos, previstas na Lei n.º 13.460/17, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.	E2.1 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027.	E3.1 - Política de Governança do Sistema CFC/CRCs; Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.
	E1.2 - Art. 5º e Anexo Único da Resolução CFC n.º 1.439/13 - Regula o acesso a informações previsto na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.	E2.2 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.	
	E1.3 - Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade; Indicadores 2, 3, 4, 5 e 6 do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.	E2.3 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.	
	E1.4 - Plano de Trabalho do CRCPE; Relatório de Gestão.		

	Gestão de Riscos e Controle Interno	Auditoria Interna	Accountability e Transparência
Mecanismo Controle	C1.1 - Regimento Interno do CRCPE; Política de Gestão de Riscos do CRCPE.	C2.1 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Regimento Interno do CRCPE.	C3.1 - Resolução CFC n.º 1.439/13 - Regula o acesso a informações, previsto na Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs; Carta de Serviços ao Usuário do CRCPE.
	C1.2 - Política de Gestão de Riscos do CRCPE; Comitê de Gestão de Riscos do CRCPE.	C2.2 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Eleição dos membros do Plenário do CRCPE; Plano de Cargos e Salários do CRCPE.	C3.2 - Resolução CFC n.º 1.439/13 - Regula o acesso a informações, previsto na Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Sistema CFC/CRCs.
		C2.3 - Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs; Política de Governança do Sistema CFC/CRCs.	C3.3 - Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs para 2018/2027; Manual do Sistema de Gestão por Indicadores do Sistema CFC/CRCs.
			C3.4 - Processo Administrativo Disciplinar do CRCPE; Código de Conduta para conselheiros, colaboradores e funcionários do Sistema CFC/CRCs; Comissões de Acompanhamento e avaliação de conduta do CRCPE.

O CRCPE vem empreendendo esforços de fortalecimento e disseminação de uma cultura institucional de Governança calcada na ética, na transparência e na integridade.

Neste sentido, o ano de 2020 foi marcado pelo aprimoramento da implementação de boas práticas de governança, promovendo o lançamento do Plano de Gestão de Riscos, Plano de Logística Sustentável, Plano de Integridade, bem como normativos que reúnem diretrizes sobre gestão de riscos e integridade, que devem ser estruturadas de forma articulada no Conselho.

Foram empreendidas ações de comunicação e divulgação, capacitações e treinamentos para os funcionários e colaboradores realizadas ao longo de 2020 com o objetivo de naturalizar os valores de governança no âmbito do CRCPE. Dentre elas destacamos:

Divulgação no portal do CRCPE dos seguintes planos: Planos de Gestão de Riscos, Plano de Integridade e Plano de Logística Sustentável.

Reuniões com Conselheiros sobre Governança, Gestão de Riscos e Integridade.

Reuniões individualizadas por unidade estratégica para desenvolvimento da Gestão de Riscos de cada área.

Lei Geral de Proteção de Dados

Com o advento da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, em meios físicos e digitais, por pessoas naturais ou jurídicas de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos à liberdade e à privacidade da pessoa natural, O Conselho Regional de Contabilidade instituiu a Comissão de Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados no âmbito do CRCPE, por meio da Portaria CRCPE n.º 247/2020. Neste sentido, o CRCPE iniciou ações de divulgação e de capacitação dos integrantes da Comissão de Implantação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Para 2021, será iniciado Programa de Proteção de Dados, com todas as unidades do Conselho, para avaliação e discussões sobre o tema, com o objetivo de apoiar a criação ou atualização de processos, políticas e procedimentos necessários para atender a lei.

A meta é que as ações estejam implantadas e em operação até maio de 2021.

Prioridades

As prioridades da gestão em 2020 foram evidenciadas por meio da execução dos seguintes programas e recursos alocados:

<p>1</p> <p>Ações inovadoras na fiscalização do exercício profissional, a fim de gerar dados que viabilizem o cruzamento de informações e proporcionem efetividade na proteção da sociedade.</p>	<p>2</p> <p>Ações inovadoras em relação ao registro, que resultem no cadastramento de novos profissionais e organizações contábeis e ainda proporcionem a atualização de endereço dos profissionais ativos.</p>	<p>3</p> <p>Ações inovadoras para fortalecimento do relacionamento com os órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além das instituições da sociedade civil organizada e da classe contábil.</p>	<p>4</p> <p>Oferecimento de cursos de capacitação para profissionais registrados e estudantes de Ciências Contábeis, em plataforma <i>on line</i>, sobre assuntos técnicos, visando a orientação e a melhoria dos serviços prestados pelos profissionais da contabilidade.</p>	<p>5</p> <p>Treinamento e capacitação de pessoal tendo em vista a necessidade de acompanhamento das mudanças na legislação vigente e do aperfeiçoamento nos serviços prestados, bem como fortalecer habilidades pessoais dos funcionários e colaboradores do CRCPE.</p>
<p>6</p> <p>Ações de cobrança e novas metodologias buscando melhores resultados financeiros e redução da inadimplência.</p>	<p>7</p> <p>Elaboração da Plano de Sustentabilidade para disseminar ações de responsabilidade socioambiental no âmbito do CRCPE.</p>	<p>8</p> <p>A elaboração do Plano Anual de Contratações em consonância com os projetos dispostos no Plano de Trabalho e Orçamento, de modo que sejam consolidadas as ações que o CRCPE pretende realizar ou prorrogar, no exercício subsequente.</p>	<p>9</p> <p>Investimentos em tecnologia da informação para cumprimento das ações do Plano Diretor de TI.</p>	<p>10</p> <p>Dar publicidade, em mídia social e em outros meios de comunicação, às ações desenvolvidas pelo CRCPE como forma de prestar contas e cientificar um maior número de profissionais.</p>

Cabe salientar, ainda, a atipicidade do ano de 2020, ocasionada pela pandemia do Coronavírus. Fez-se necessário, por parte do CRCPE, de um conjunto de medidas de apoio a gestão e a sociedade no momento que ações emergenciais foram necessárias ao combate à pandemia.

Nesse sentido, destacam-se as ações promovidas pelo CRCPE:

- Suspensão das reuniões e eventos promovidos pelo CRCPE em formato presencial;
- Realização de reuniões regimentais por videoconferência, de março a dezembro;
- Adoção de home office para os funcionários e colaboradores a partir de 24 de março;
- Retorno escalonado às atividades com adoção de carga horária especial; exceto aos colaboradores pertencentes a grupos de risco;
- Revisão/redução de contratos com fornecedores devido o enfrentamento/mitigação do estado de calamidade ou emergência decorrente da pandemia;
- Criação de cartilhas com orientações de convivência interna no retorno ao trabalho na Sede;
- Distribuição de máscaras, protetores faciais, entre outros itens de segurança no intuito do proteger e resguardar a saúde dos funcionários do CRCPE;
- Readequação interna dos setores para atendimento as exigências de distanciamento social, instalação de dispensadores de álcool em gel, informativos diversos sobre regras de convivência por todo CRCPE;
- Promoção de campanha interna aos funcionários e colaboradores do CRCPE, reforçando a adoção de medidas de combate à Covid-19;
- Realização de 144 ações virtuais de Educação Continuada.

Estratégia

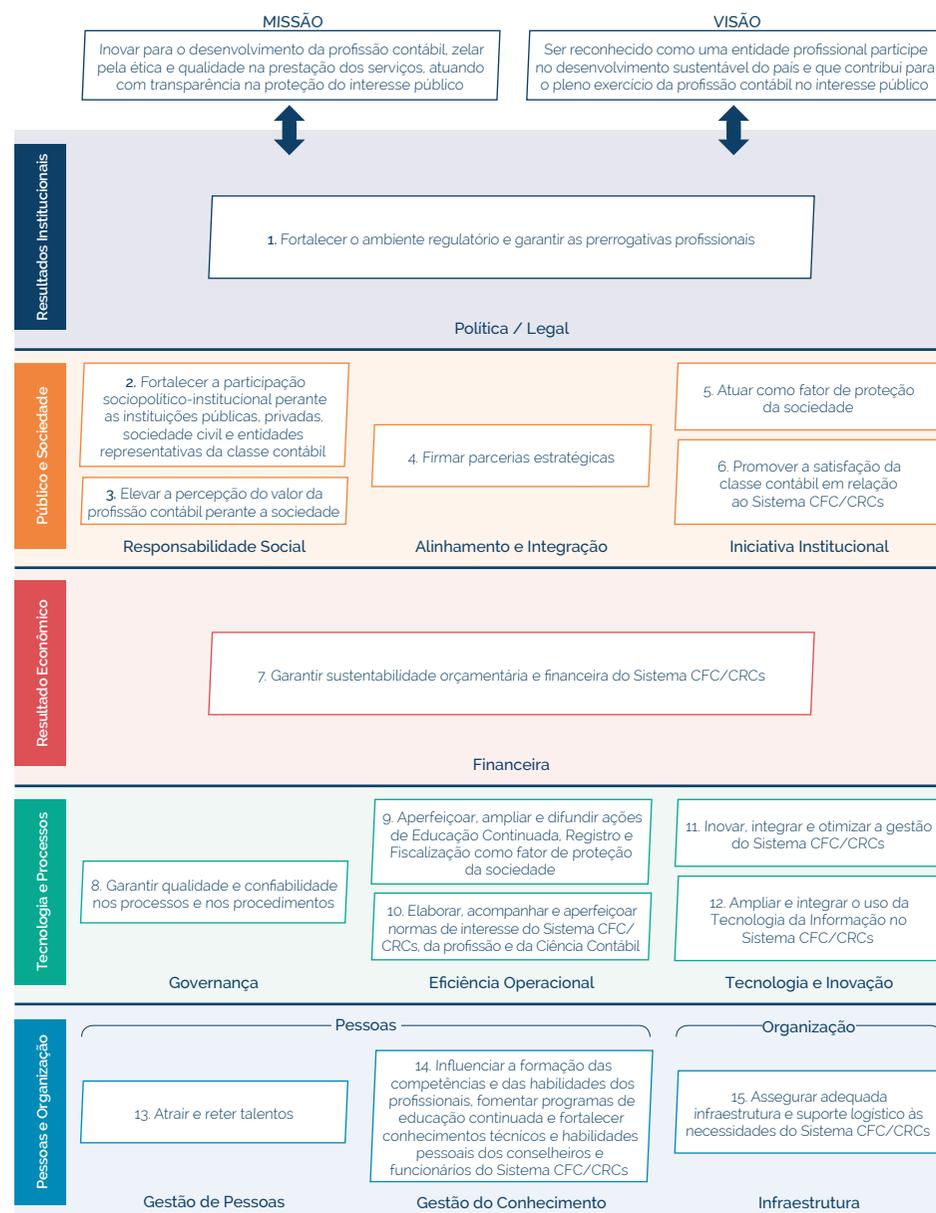
O CRCPE tem as suas estratégias de direcionamento das ações definidas com base no Planejamento Estratégico aprovado do Sistema CFC/CRCs instituído por meio da Resolução CFC n.º 1.543, de 16 de agosto de 2018, com vigência para o período de 2018 a 2027, cuja missão, visão e valores foram apresentados na página 8 deste Relato.

Em fevereiro de 2020, o Planejamento Estratégico do Sistema CFC/CRCs foi revolidado durante a realização do Seminário de Gestão e Planejamento Estratégico, Governança e Diretrizes Gerais do Sistema Contábil. O evento ocorreu no Instituto Serzedello Corrêa (ISC) do TCU e contou com a presença dos presidentes, vice-presidentes e diretores de todos os Conselhos de Contabilidade.

Durante dois dias os participantes foram capacitados, visando à melhoria da gestão estratégica e da governança institucional, a partir da discussão dos objetivos estratégicos e seus indicadores; das metas e projetos de cada vice-presidência; das ações de governança para o Sistema CFC/CRCs; das orientações sobre o Código de Conduta para conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos de Contabilidade; e de palestras que abordaram, entre outros assuntos, os aspectos gerais sobre licitações; Sistema da Qualidade e o papel das Ouvidorias.

Além disso, o CRCPE manteve seu compromisso com a classe contábil de assegurar uma adequada infraestrutura, realizando a construção de sua Nova Sede, cuja previsão de finalização é até dezembro de 2021.

Mapa Estratégico do Sistema CFC/CRCs



Gestão de Fiscalização Profissional

Investimento total:
R\$ 3.490.102

Projetos em destaque:



Gestão de Registro

Investimento total:
R\$ 295.169

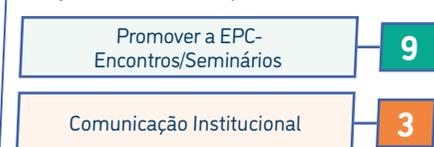
Projetos em destaque:



Gestão de Educação Continuada

Investimento total:
R\$ 308.812

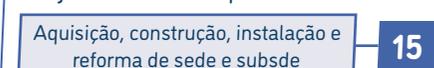
Projetos em destaque:



Suporte e Apoio às Atividades

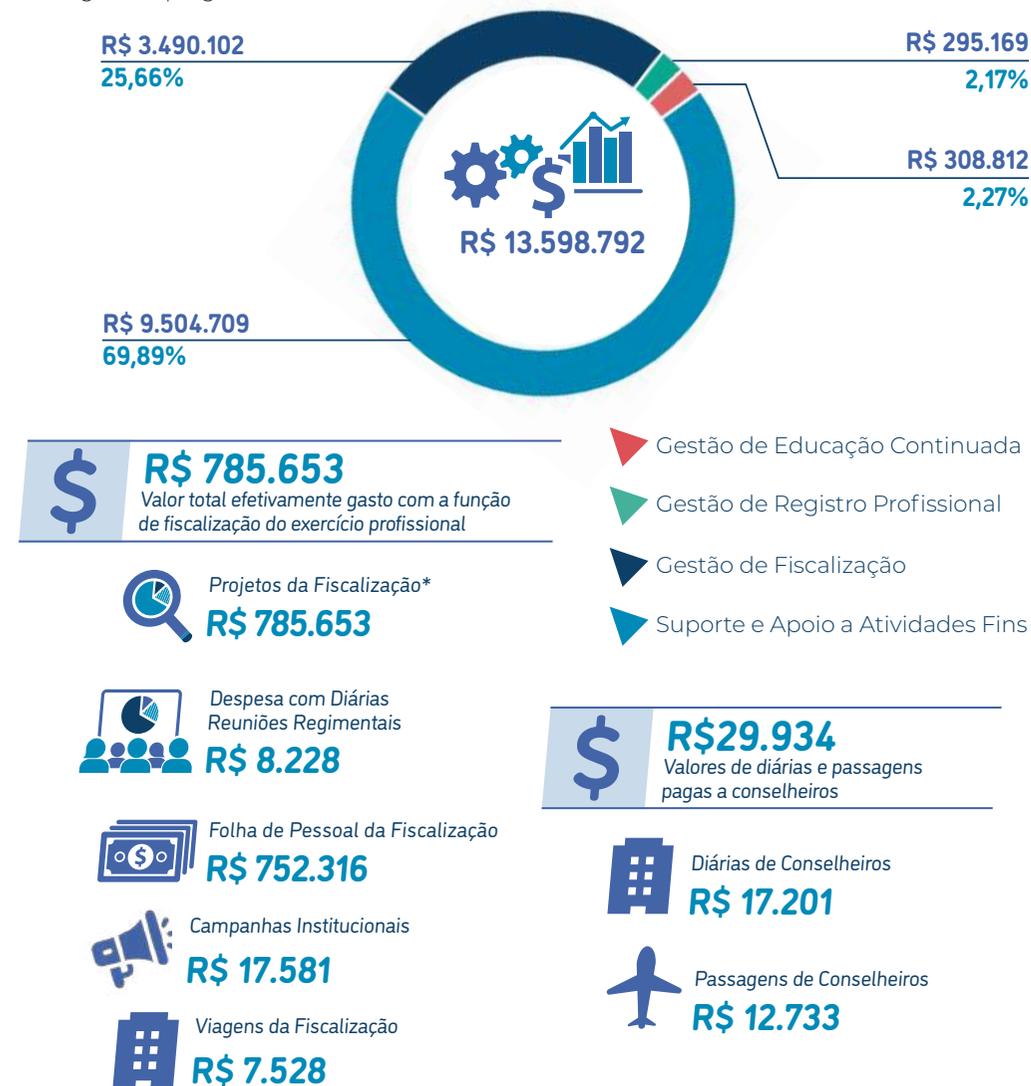
Investimento total:
R\$ 9.504.709

Projetos em destaque:



Alocação de Recursos

As ações do CRCPE são definidas com foco na missão, na visão e no alcance dos objetivos estratégicos do Sistema CFC/CRCs. Cada ação está vinculada a um projeto, o que possibilita um adequado planejamento e uma eficiente medição de resultado por meio de indicadores de desempenho. Para o ano de 2020, as prioridades da gestão foram evidenciadas por meio da execução dos seguintes programas e recursos alocados:



Atividade de correição e apuração de ilícitos administrativos

Com o objetivo de assegurar a legalidade, a legitimidade, a economicidade e a transparência na aplicação dos recursos, o CRCPE realiza o exercício da atividade de correição e apuração de ilícitos administrativos, atuando por meio de instauração de processo de sindicância e inquérito administrativo e das atividades desempenhadas pela comissão de conduta para apuração de infrações cometidas por funcionários do CRCPE.

Em caso de denúncias contra Conselheiros, o CFC é o foro competente para a apuração e julgamento.

Legislação Aplicada

Resolução CFC n.º 1.370/2011 – Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

Resolução CFC n.º 1.523/2017 – Código de Conduta para os conselheiros, colaboradores e funcionários dos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade.

Resolução CRCPE n.º 353/2016 – Dispõe sobre o Processo Administrativo Disciplinar (PAD), de rito ordinário, destinado à apuração disciplinar de infrações praticadas pelos empregados do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco – CRCPE no exercício de suas atribuições funcionais.

Resolução CRCPE n.º 381/2020 – Revoga a Resolução CRCPE n.º 373, de 11 de dezembro de 2019 e aprova a revisão do Regimento da Comissão de Acompanhamento e Avaliação de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco.

Portaria CRCPE n.º 167/19 – Institui a Comissão de acompanhamento e avaliação de Conduta do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco.

Em 2020, não foram registradas denúncias nem houve abertura de processos disciplinares contra colaboradores do CRCPE.

Desempenho

O acompanhamento da execução e dos resultados do planejamento do CRCPE dá-se, basicamente, por meio dos seguintes sistemas: o Sistema de Gestão por Indicadores (SGI) e o Sistema de Plano de Trabalho (SPT).

O SGI permite monitorar, por meio de indicadores, o desempenho da gestão em cada um dos objetivos estratégicos. O SPT, por sua vez, possibilita o detalhamento das ações, o controle da execução e a verificação do cumprimento das metas do plano de trabalho de cada área.

Dessa forma, essas ferramentas permitem que o CRCPE detenha o controle sobre os programas, projetos e atividades desenvolvidas, buscando alcançar a visão de futuro da instituição e atender suas finalidades institucionais, as quais estão dispostas no Planejamento Estratégico do período 2018-2027.

Nas páginas a seguir, para cada área finalística do CRCPE – Fiscalização, Registro, Educação Continuada –, são apresentadas análises sobre: indicadores do SGI, principais projetos e ações do SPT e investimento total.

Fiscalização

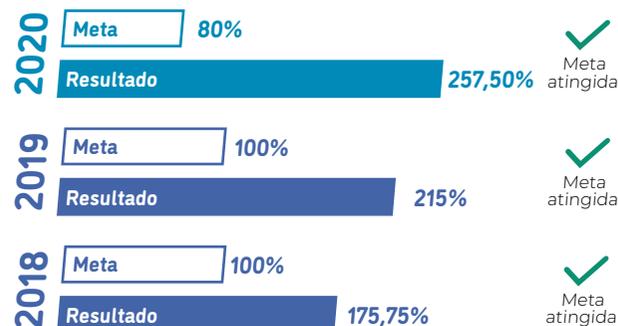
A Fiscalização do exercício profissional tem como objetivo atuar como fator de proteção da sociedade e de valorização da profissão contábil e dos princípios éticos, estabelecidos no Código de Ética Profissional do Contabilista e no Decreto-Lei n.º 9.295/1946.

Ao CRCPE cabe a execução dos procedimentos fiscalizatórios, em verificar a regularidade cadastral e a execução de trabalhos técnicos privativos dos profissionais da contabilidade e, também apurar as denúncias recebidas, em toda a jurisdição do Estado de Pernambuco, em conformidade com as diretrizes de fiscalização estabelecidas pelo CFC.

R\$ 3.490.102
Investimento total

Indicadores

Índice de realização de diligências geral



Em função da pandemia causada pelo novo coronavírus, medidas foram adotadas com vistas a preservar a saúde de fiscais do Conselho, dos funcionários, conselheiros, profissionais da contabilidade e usuários em geral, medidas como a suspensão das diligências presenciais e do cronograma de viagens, a suspensão dos prazos processuais e do envio de notificações e autos de infração aos fiscalizados e atuados até o dia 30 de junho. Tais ações não impediram a realização do quantitativo de diligências do Plano de Trabalho do CRCPE uma vez que, nesse período, os fiscais foram orientados realizar o trabalho de fiscalização de forma remota, considerando: a verificação de demonstrações contábeis publicadas ou obtidas por meio de convênios; a consulta nos portais de transparência (exercício profissional, demonstrações contábeis e relatórios de auditoria); e a elaboração de notificações nos casos de exercício ilegal (sem registro) para envio após o período de suspensão.

Dessa forma, mantendo o foco na proteção à sociedade e no combate ao mau profissional, por meio da efetividade dos procedimentos fiscalizatórios, o Sistema CFC/CRCs alcançou os seguintes resultados:

1.600 Diligências (fiscalizações proativas)

1.600 procedimentos fiscalizatórios

458 organizações contábeis fiscalizadas

1.142 Profissionais e Leigos (pessoas físicas atuando sem registro) fiscalizados, tanto na área pública quanto privada

52 Denúncias (fiscalizações reativas)

48 Denúncias apuradas

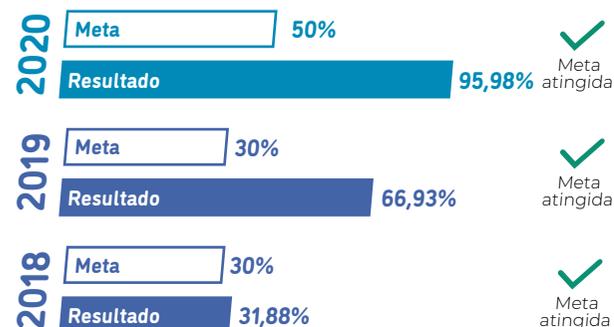
166 Autos de infração

368 Notificações

166 processos ético-disciplinares e de fiscalização

337 processos julgados em 1ª e 2ª instância contra pessoas físicas e jurídicas atuando de modo irregular

Tempo médio de julgamento de processos de fiscalização



Os CRCs, investidos da condição de Tribunais Regionais de Ética e Disciplina, por intermédio de suas Câmaras de Ética e Disciplina, proferem as decisões de 1ª instância em relação aos processos de fiscalização. Compete ao CFC acompanhar a instrução e o trâmite dos processos administrativos de fiscalização do Sistema CFC/CRCs em grau de recurso, denominado de julgamento em 2ª instância.

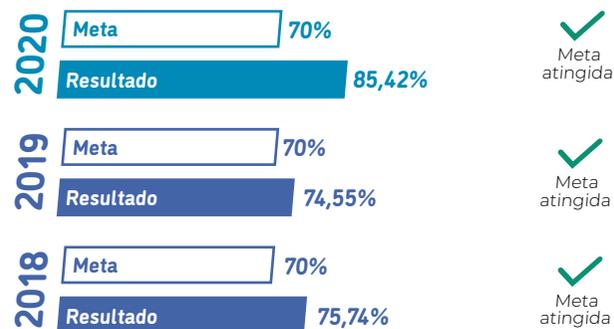


180
Dias

Prazo de julgamento (contados da data de recebimento no CRCPE até a data da sessão de julgamento)

Em função da pandemia, o julgamento de processos e as sustentações orais passaram a ser por videoconferência. O resultado positivo demonstra que a medida adotada foi eficaz para que o CRCPE continuasse a garantir a celeridade no julgamento dos processos de fiscalização.

Ética na profissão



No ano de 2020 o quantitativo de processos julgados foi ligeiramente menor que em 2019, em função da pandemia. Mesmo assim, por meio de sessões remotas, foram julgados 336 processos, sendo aplicadas penalidades em 287 processos.

336
Processos julgados

287
Processos com decisões de aplicação de penalidades aos infratores



67 Média de processos analisados por conselheiro

49
Processos arquivados por regularização

1
Processo arquivado por inexistência comprovada do fato gerador da infração



Penalidades aplicadas

183
Multas pecuniárias

4
Suspensão do exercício profissional

11
Censura pública

2
Cassação do registro profissional

10 Processos referentes ao exercício ilegal de profissão encaminhados ao Ministério Público



As multas aplicadas aos profissionais, organizações contábeis, empresas e leigos penalizados são cobradas no âmbito administrativo pelos Conselhos Regionais de Contabilidade, sendo que, não havendo a regularização, são encaminhadas para protesto e, posteriormente, se for necessário, é impetrado o processo de execução fiscal. Com isso, a sociedade tem garantida a efetividade das ações de fiscalização.

Principais projetos e ações

Treinamentos, capacitações e reuniões



A equipe do Departamento de Fiscalização realizou em 2020, 490h em cursos para capacitação e atualização profissional.

Além disso, foram realizadas:

- **54 reuniões** regimentais.
- **2 reuniões de audiência** restrita para discussão da minuta do Novo Regulamento de Procedimentos Processuais para os Processos Administrativos de Fiscalização.
- Participação em **2 reuniões** no formato *on-line* com o CFC para orientação aos coordenadores de fiscalização em relação aos procedimentos fiscalizatórios.
- Participação em **2 encontros virtuais** com vice-presidentes, coordenadores e fiscais para apresentação e discussão de melhorias a serem implantadas na fiscalização nacional.
- **1 participação** na Comissão do CFC para revisão das Normas e Manuais da Fiscalização.

Reuniões Regimentais

As decisões aprovadas pelo TRED e pelo Plenário do CRCPE, são fundamentadas nas Normas e dispositivos legais vigentes e tem como premissa a valorização da profissão contábil.

Diante da pandemia causada pelo novo coronavírus, as Reuniões Regimentais passaram a ser realizadas por videoconferência, mantendo o compromisso do CRCPE em garantir confiabilidade nos processos e nos procedimentos.

Normativos aprovados por meio dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão para Viabilizar a Revitalização e Modernização dos Procedimentos Fiscalizatórios Desenvolvidos pelo Sistema CFC/CRCs:

Resolução CFC n.º 1.589/2020 que dispõe sobre os procedimentos de apuração de denúncia e de comunicação de irregularidade relativos ao exercício da profissão contábil.

Resolução CFC n.º 1.590/2020 que regulamenta a obrigatoriedade do contrato de prestação de serviços contábeis.

Resolução CFC n.º 1.592/2020 e n.º 1.598/2020 que dispõem sobre a Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (Decore Eletrônica).

Resolução CFC n.º 1.603/2020 que dispõe sobre o Regulamento dos Procedimentos Processuais dos processos administrativos de fiscalização.

Manual de Procedimentos Processuais que detalha as práticas operacionais que devem ser adotadas na tramitação dos processos administrativos de fiscalização.



Seminários e reuniões voltados à gestão do Sistema CFC/CRCs

O CRCPE participou dos três Seminários de Vice-Presidentes realizados pelo CFC, sendo um presencial e dois no formato on-line, com a participação dos Vice-Presidentes e Coordenadores de Fiscalização do Sistema CFC/CRCs.

Os seminários oportunizaram orientação e alinhamento de entendimentos das Câmaras de Fiscalização e dos fiscais em relação aos seguintes assuntos:

- Atribuições de Vice-Presidentes e Conselheiros da Câmara de Fiscalização.
- Requisitos mínimos para julgamento de processo.
- Saneamento, análise e elaboração de pareceres relativos aos processos administrativos de fiscalização.
- Orientação quanto às atividades de fiscalização e procedimentos fiscalizatórios relacionados ao exercício ilegal da profissão, decore, escrituração contábil, perícia, auditoria contábil, entre outros.
- NBC PG 01 – Código de Ética Profissional.

Apoio ao Atendimento à Lei de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro

O CRCPE realiza ações de divulgação e acompanhamento dos procedimentos que devem ser observados pelos profissionais e organizações contábeis, quando no exercício de suas funções, para cumprimento das obrigações previstas na Resolução CFC n.º 1.530/17, que tem por finalidade estabelecer normas gerais de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Para facilitar o processo, o CFC desenvolveu sistema específico para envio da Declaração de Não Ocorrências. O CRCPE promove, de forma constante, a sensibilização da classe contábil quanto à importância dos mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro disponibilizando no seu portal todas as informações sobre o tema e o link para acessar o sistema de emissão da Declaração.

Exercício	Declaração de Ocorrências	Declaração de Não Ocorrências
2020	0	3.704

Registro

A área de Registro é responsável pelo controle e acompanhamento do cadastro dos profissionais e das organizações contábeis. Sendo também a área competente para analisar os processos de primeiro registro, alterações, reestabelecimento e baixas, por meio de seu órgão deliberativo, a Câmara de Registro.

No CRCPE, a área de Registro é composta pela Vice-Presidência, pela Câmara de Registro (composta por cinco conselheiros efetivos e cinco suplentes) e pelo Departamento de Registro.

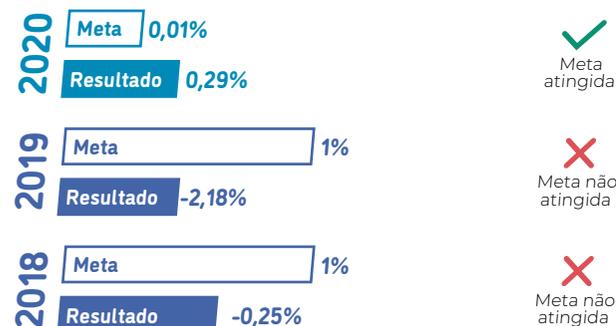
Os processos de registro são integralmente tramitados eletronicamente, através do sistema SPER, conferindo mais agilidade e confiabilidade aos processos.



R\$295.169
Investimento total

Indicadores

Índice de evolução de registros profissionais ativos



O CRCPE empreendeu esforços para obtenção de novos registros de profissionais e de organizações contábeis, apesar da pandemia. Foram realizadas várias ações, dentre elas destacamos: conscientização, campanhas institucionais e contato com os aprovados no exame de suficiência foi realizado, demonstrando a efetividade das ações.

Registros ativos



15.418

profissionais registrados no CRCPE

63%
Contadores

9.650

37%
Técnicos em contabilidade

5.768



1.680 Organizações contábeis

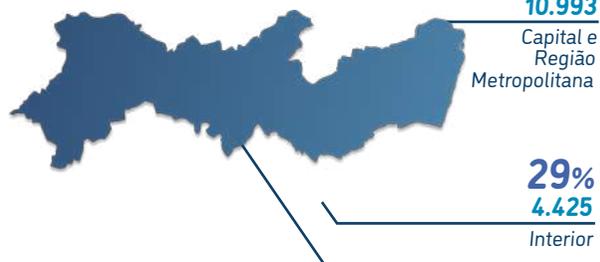
Registros por gênero e região

6.875
Mulheres



55%

8.543
Homens



Novos registros em 2020

99%
459
Contadores

1%
4
Técnicos em contabilidade



165 Organizações contábeis

Tempo médio de julgamento de processos de registro



60 dias

Prazo para julgamento de processos

1.034

Processos julgados no prazo

Observa-se que o CRCPE tem um histórico de resultados positivos no julgamento dos processos de registro. Isso decorre do empenho da Vice-Presidência de Registro para que todos os processos sejam pautados e julgados em conformidade com os prazos estabelecidos. A utilização do SPER, ferramenta web que possibilita o acompanhamento e julgamento dos processos de registro, contribuiu de forma significativa na celeridade dos julgamentos dos processos.

Principais projetos e ações

Exame de Suficiência

A aprovação em Exame de Suficiência é requisito obrigatório para a obtenção de registro profissional em CRC conforme a Lei n.º 12.249/2010. O CFC realiza duas edições da prova por ano desde o início dessa exigência. Contudo, em função da pandemia do novo coronavírus, o CFC teve que modificar o formato da prova da modalidade "presencial" para o modelo "on-line" a fim de atender as recomendações nacionais e internacionais de saúde. Em decorrência disso, no exercício de 2020, foi possível a realização de apenas uma edição.

1º Exame de Suficiência de 2020

1.388
Presentes

497
Aprovados **35,81%**

A aprovação no exame e o devido registro profissional em CRC asseguram à sociedade a disponibilização de profissionais mais bem preparados para o exercício da profissão contábil.

Reuniões Regimentais



Comissões Institucionais - Jovens Lideranças



O CRCPE Jovem possui **3.446** seguidores no Instagram e alcançou a marca de **5.462** visualizações em suas lives, que entre outros assuntos, o que mais destaca-se foi a orientação sobre o Exame de Suficiência.



2 Ações virtuais de acolhida aos candidatos do Exame de Suficiência, com publicação de vídeos e outros recursos por meio de redes sociais

Seminários e reuniões voltados à gestão do Sistema CFC/CRCs



1 seminário presencial
1 seminário on-line

O Registro do CRCPE participou dos seminários promovidos pelo CFC para melhorias dos processos e procedimentos da Câmara e do Departamento de Registro.

Os encontros permitiram a discussão e o alinhamento, das ações e projetos mais relevantes em andamento na Vice-Presidência de Registro. Além disso, os encontros foram momentos de atualização acerca de procedimentos e normativos emitidos pelo CFC; de intercâmbio de experiências entre os Regionais; de esclarecimento de dúvidas e de dar sugestões para a melhoria contínua do trabalho da área de registro.

Educação Continuada

Uma das atividades fim do CRC é a Educação Profissional continuada a qual é fundamental ao cumprimento da missão institucional do CRC uma vez que visa desenvolver competências para qualificar, atualizar e aprimorar o conhecimento dos profissionais, fortalecendo a profissão contábil.



Indicadores

Investimentos em desenvolvimento profissional – per capita

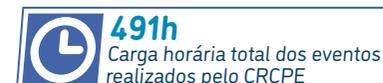


O CRCPE com a finalidade de cumprir o disposto na Lei n.º 12.249/2010, que inseriu entre as competências dos Conselhos de Contabilidade a promoção da educação continuada aos seus registrados, realiza anualmente eventos/projetos/atividades com temas de interesse da classe.



111
Eventos realizados pelo CRCPE (treinamentos)

3.607
Participantes nos eventos do CRCPE



134
Lives realizadas pelo CRCPE

32.930
Visualizações



Os resultados alcançados confirmam o compromisso do CRCPE em promover o conhecimento aos profissionais da contabilidade de Pernambuco.

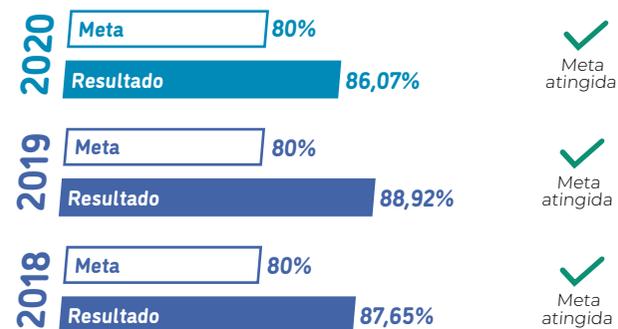
Diante do cenário pandêmico foi necessário rever a meta de participação nos eventos de educação profissional continuada haja vista as mudanças nas rotinas com o isolamento social e a redução na força de trabalho nas organizações e mesmo os impactos no acesso às estruturas que permitem o estudo em função do home office.

Apesar dos desafios, a meta foi superada e o resultado, impulsionado pela realização dos eventos virtuais, representa o cumprimento por parte da entidade de seu papel institucional de fomentar a educação continuada no Estado de Pernambuco de forma efetiva, garantido qualidade e excelência.

O CRCPE zela para que os profissionais da contabilidade em Pernambuco sejam capacitados para atuar de forma responsável.

Dessa forma, o CRCPE não trabalha apenas para punir as infrações, mas, também de forma preventiva levando o conhecimento aos profissionais da contabilidade.

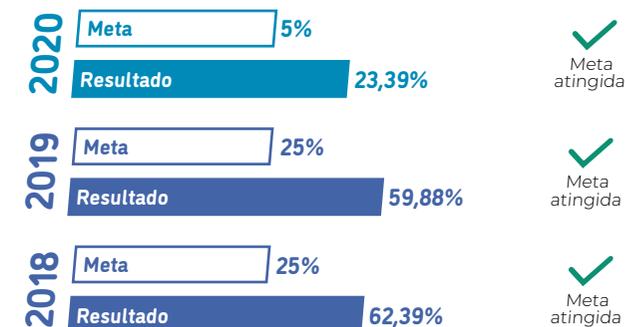
Avaliação dos eventos – cursos, seminários, congressos, encontros, etc.



O CRCPE prima por uma organização estrutural de qualidade, por temas técnicos de maior relevância e por instrutores/palestrantes capacitados nos eventos realizados.

Esse foco demonstra que o CRCPE trabalha em busca de um constante aprimoramento e da qualificação dos profissionais da contabilidade, visando o desenvolvimento e fortalecimento da profissão contábil.

Participação dos profissionais da contabilidade, conselheiros e empregados em eventos de capacitação - Educação Continuada.



Em 2020, mais de 90% dos eventos foram realizados na modalidade remota por força da pandemia. Isso representou uma mudança importante no perfil dos nossos eventos, todavia, não afetou a qualidade dos cursos e palestras realizados uma vez que conseguimos superar as expectativas na satisfação do público participante.

Cobrança Administrativa e Judicial

Em 2020, mesmo com a crise econômica dos últimos anos, e as dificuldades devido à pandemia do novo coronavírus, houve cumprimento da meta estabelecida para o exercício, o que reflete a efetividade das ações de cobrança implementadas pelo CRCPE visando regularização dos débitos dos profissionais e organizações contábeis.

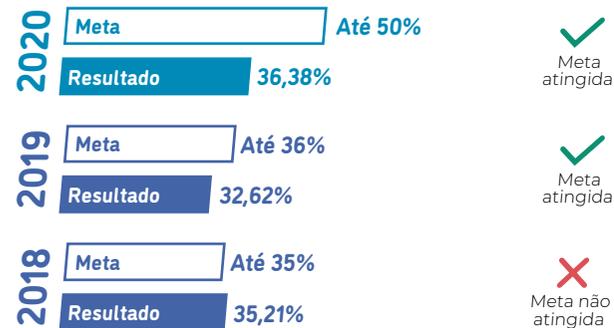


1.539
Notificações de Inscrição em Dívida Ativa

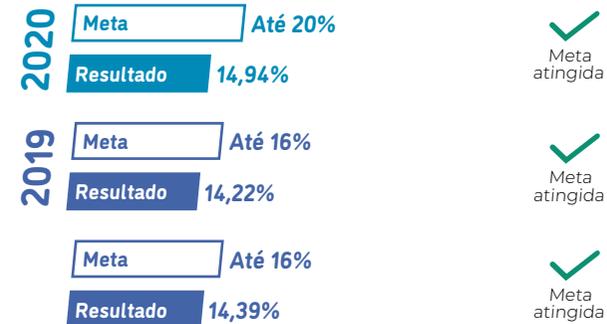
468
Débitos protestados em cartório

Indicadores

Inadimplência Profissional



Inadimplência de Organizações Contábeis



Dentre as ações realizadas, destacamos a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o CFC e o CRCPE, que possibilitou a implantação da solução de intermediação de pagamento por meio eletrônico, possibilitando recebimentos por cartão de crédito e débito, de forma a disponibilizar aos profissionais da Contabilidade, alternativas para quitar seus débitos (anuidades, multas de infração, multas de eleição e taxas) à vista ou em parcelas, com a imediata regularização da situação no CRCPE.

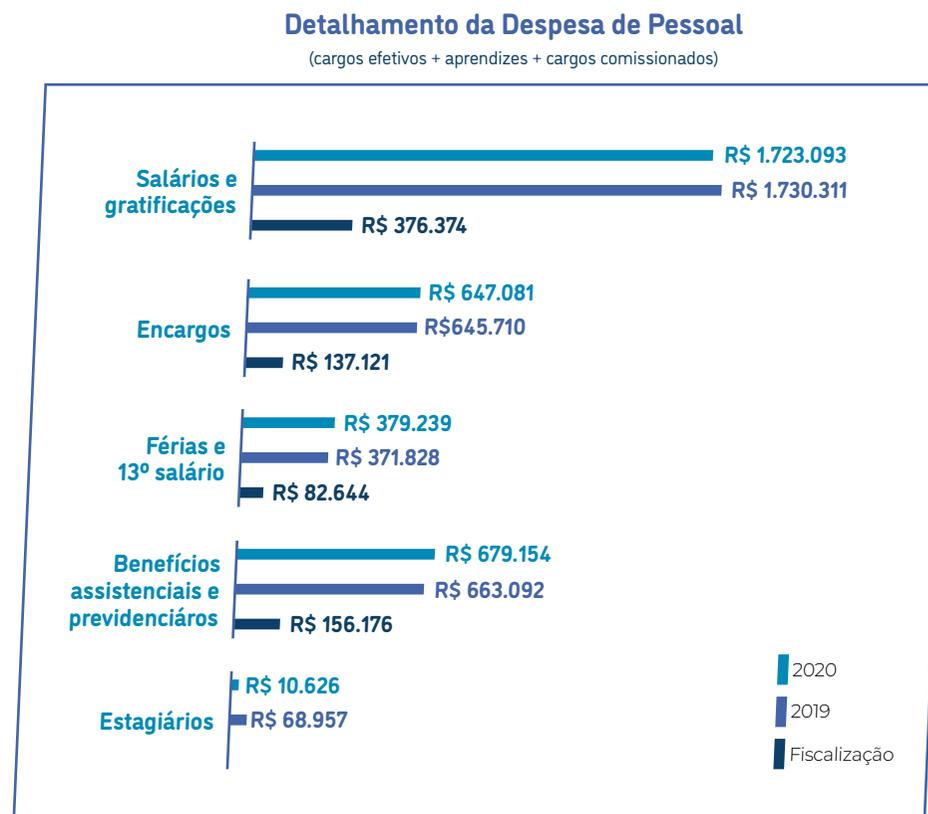
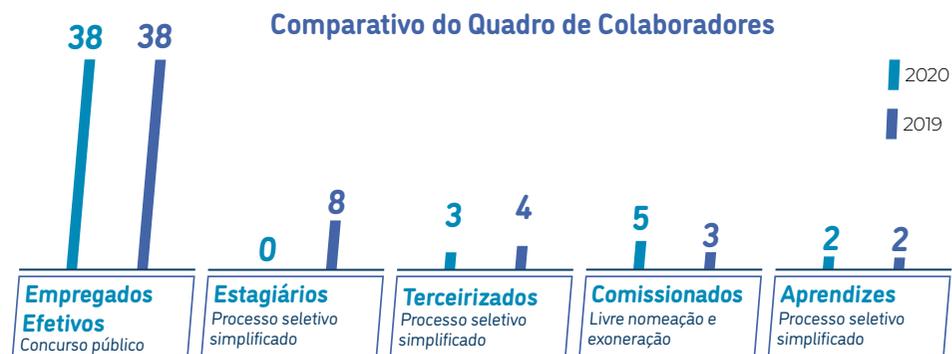
Gestão de pessoas

Em 2020, a força de trabalho do CRCPE contou com 48 colaboradores e, desse total, 08 estão diretamente atuando em atividades de fiscalização, por meio da execução dos trabalhos de Fiscalização do Exercício da Profissão contábil e de assessoramento as Câmaras de Fiscalização e de Ética e Disciplina, conforme demonstrado no gráfico ao lado.

Em comparação aos números de 2019, houve uma redução de 13% da força de trabalho no ano de 2020, decorrente, principalmente, do encerramento dos contratos de estágio existentes por força da pandemia. A expectativa é que 2021 sejam celebrados novos contratos de estágio.

Com relação à evolução dos gastos de pessoal apresentada nos últimos dois anos (ver gráfico ao lado), percebem-se pequenas variações decorrentes de reajustes nos valores do plano de saúde e da saída dos estagiários.

Comparativo do gastos com pessoal	
2020	R\$ 3.439.193
2019	R\$ 3.479.897



Gestão de licitações e contratos

As contratações do CRCPE são regidas pelos princípios da Constituição Federal de 1988 e pelos preceitos dos normativos legais, em especial a Lei n.º 8.666/1993, a Lei 10.520/2002, a Lei Complementar 123/2006, o Decreto 10.024/2019 e demais decretos, instruções normativas e jurisprudências que disciplinam os procedimentos de contratações.

Internamente, o CRCPE possui uma estrutura que permite o gerenciamento e o controle dos processos licitatório do Regional, a saber: Departamento de Licitação, estruturado e capacitado nas normas pertinentes à matérias; a assessoria Jurídica e o Controle Interno. Além disso, há o Controle Externo através de Auditoria realizada anualmente pelo CFC.

Destacamos que o CRCPE possui um Plano Anual de Contratações (PAC) para a vinculação das contratações e prorrogações contratuais.

Em 2020, as despesas do CRCPE decorrentes de processos de contratações totalizaram R\$ 8.674.061 das quais 92% foram realizadas por meio de processo licitatório, sendo o maior volume de recursos destinado à construção da nova Sede do CRCPE.

Modalidade de Contratação			
Pregão Eletrônico		Dispensa	
2020	R\$ 319.344	2020	R\$ 708.398
2019	R\$ 48.268	2019	R\$ 422.010
Contratações Diretas		Inexigibilidade	
2020	R\$ 837.572	2020	R\$ 129.174
2019	R\$ 537.320	2019	R\$ 115.310
2020	R\$ 1.156.916	2019	R\$ 585.588

Contratações diretas

As compras diretas (dispensas e inexigibilidades), em sua maioria realizados em função do baixo valor, exceto pelo contrato para expedição de correspondências, firmado entre o CRCPE e a Empresa Brasileira de Correios que se trata de uma dispensa de licitação em razão de ser um serviço prestado por entidade que integra a Administração Pública, nos termos do art. 24, VIII da Lei 8.666/93.

Contratação direta	
Dispensa	
55 Em função do valor R\$ 397.886	1 Contratação Órgão Público R\$ 310.512
Inexigibilidade	
2 Contratações de serviços para o evento "O Caduceu" e serviço de consultoria em sistema integrado de gestão R\$ 129.174	

Contratações mais relevantes

Gestão de Fiscalização	
<p>Objetivo Estratégico: Atrair e reter talentos nos processos e nos procedimentos.</p> <p>Objeto: Vale Refeição/Alimentação.</p> <p>Justificativa: É de fundamental importância a valorização do corpo de colaboradores do CRCPE para o cumprimento de sua missão institucional. Uma das formas de valorização é a manutenção dos benefícios de alimentação dos colaboradores.</p>	Valor contratado: R\$ 341.100
Gestão de Registro Profissional	
<p>Objetivo Estratégico: Garantir sustentabilidade orçamentária e financeira do Sistema CFC/CRCs.</p> <p>Objeto: Serviços de postagem de correspondências.</p> <p>Justificativa: Disponibilizar aos profissionais da Contabilidade e as organizações contábeis registradas o acesso às guias de anuidade em meio físico alcançando àqueles que tem dificuldade de acesso aos sistemas informatizados e cumprir as formalidades da legislação na citação das decisões do colegiado em matéria de processos administrativos.</p>	Valor contratado: R\$ 310.512
Suporte e Apoio a Atividades Fins	
<p>Objetivo Estratégico: Assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs.</p> <p>Objeto: Construção da nova sede.</p> <p>Justificativa: colocar a disposição dos colaboradores, contabilistas e usuários em geral instalações que garantam adequado atendimento e segurança.</p>	Valor contratado: R\$ 10.200.116



INFORMAÇÕES
ORÇAMENTÁRIAS,
FINANCEIRAS
E CONTÁBEIS

Declaração da Contadora do CRCPE

Adriana Marques

O Departamento de Contabilidade, tem a responsabilidade de coletar as informações necessárias para o registro dos lançamentos contábeis e para elaboração de demonstrativos contábeis e relatórios gerenciais. O escopo desta declaração, tem como base as Demonstrações Contábeis do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco.

As Demonstrações Contábeis do CRCPE foram elaboradas em observância a Lei n.º 4.320/1964, às Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 16); ao Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs aprovado pela Resolução CFC n.º 1.161/2009; ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e à INT/VPCI/ CFC n.º 027/2020 da Câmara de Controle Interno do CFC, conforme orientações da Instrução Normativa TCU n.º 84/2020, da DN-TCU n.º 187/2020, além de outros normativos do Sistema CFC/CRCs.

A conformidade contábil das Demonstrações Contábeis e dos atos da Gestão é realizada pela Câmara de Controle Interno, de acordo com o artigo 16 da Resolução CRCPE n.º 251/2003, de 12 de maio de 2003 e posteriores alterações, que aprovou o Regimento Interno do CRCPE.

Este é um processo que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações apresentadas nas demonstrações, extraídas do Sistema Informatizado de Contabilidade e demais sistemas gerenciais, que são utilizados pelos Conselhos de Contabilidade, onde são registrados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As Demonstrações Contábeis do CRCPE são as seguintes:

- **Balanco Patrimonial (BP)** – é estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e demonstra a situação patrimonial do CRCPE de maneira qualitativa e quantitativamente.
- **Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)** - evidencia as alterações verificadas no patrimônio, classificadas em quantitativas, decorrentes de transações que aumentam ou diminuem o Patrimônio Líquido, e as qualitativas, decorrentes de transações que altera a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o Patrimônio Líquido, e indicará o Resultado Patrimonial do exercício;
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)** – demonstra a evolução (aumento ou redução) do Patrimônio Líquido durante um período.



- **Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)** - o demonstrativo foi elaborado pelo método direto, com base em dados extraídos do Balanço Orçamentário e Financeiro, segregando-se as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.
- **Notas Explicativas** – parte integrante das Demonstrações Contábeis, onde se evidencia os critérios utilizados para elaboração dos demonstrativos.

Os demonstrativos estão disponibilizados no site do CRCPE.

Mais informações [acesse](#)

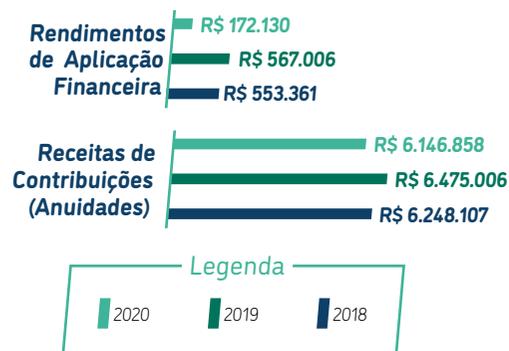
Declaração

Considerando que os normativos trazem orientações quanto aos procedimentos para a elaboração e apresentação do Relatório de Gestão e do processo de Prestação de Contas, considerando ainda que a documentação apresentada para registro está alinhada aos procedimentos internos de controles, declaro que os Demonstrativos Contábeis (Balanços Patrimonial, Financeiro e Orçamentário, Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido) refletem os seus aspectos mais relevantes, quanto à situação orçamentária, financeira e patrimonial do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco.

Adriana Marques dos Santos Souza
CRCPE – 017743/O-1 CT

Gestão Orçamentária e Financeira

O ano de 2020 foi um ano atípico em virtude da pandemia do covid-19, que afetou a economia de forma global. Os profissionais da contabilidade, tiveram que se adaptar diante do novo cenário. Para os conselhos de contabilidade, o maior impacto foi na arrecadação. No CRCPE, além das perdas com anuidades e inscrições em cursos, ocorreu uma redução nas receitas financeiras em decorrência da utilização dos recursos financeiros na construção da nova sede. Com os recursos financeiros reduzidos e com a queda das taxas de juros praticadas no mercado, as receitas com rendimentos de aplicação financeira, sofreram um impacto negativo da ordem de 70% em relação aos recebimentos do no exercício anterior.



Apesar da crise no cenário econômico, o CRCPE conseguiu arrecadar, sobretudo no do 2º semestre, o montante de R\$ 6.146.858, o que correspondeu a 95% do orçamento previsto para receitas de contribuições. Esse resultado foi -5% menor que o exercício anterior, representando um desempenho satisfatório diante do cenário vivido.

Para manter o equilíbrio orçamentário foi realizado um contingenciamento nas despesas. O CRCPE revisou todos os contratos existentes e realizou algumas suspensões, rescisões e renegociações e com isso, obteve uma redução de 42% nas despesas com bens e serviços.

Dessa forma, apesar de termos vivenciado uma realidade atípica em 2020, encerramos o exercício com um superávit orçamentário corrente de R\$ 1.107.454.



R\$ 7.200.453 Receitas Correntes

R\$ 6.093.000 Despesas Correntes

O orçamento para o exercício de 2020 foi aprovado por meio da Resolução CRCPE nº 371/2019, que estimou as receitas e fixou as despesas no valor de R\$ 12.489.957,00. Ao longo do exercício, o Plenário do CRCPE, com a finalidade de garantir os recursos necessários para execução das despesas com a construção da nova sede, aprovou a abertura de créditos adicionais, que suplementaram o orçamento em R\$ 5.569.991, assim, o orçamento de 2020 passou a ser de R\$ 18.059.948. Os recursos utilizados foram oriundos do superávit financeiro do exercício anterior.



Em 2020, os investimentos na construção da nova sede ocorreram de forma mais significativa, por essa razão a despesa de capital executada resultou em um déficit orçamentário de R\$ 4.503.954, resultado já esperado pelo Conselho, mesmo com os recursos recebidos do CFC. Todavia, os superávits financeiros acumulados em exercícios anteriores possibilitaram a suplementação do orçamento para a execução dessa despesa.

Execução orçamentária

Constituem receitas do CRCPE: Contribuições (anuidades pagas pelos profissionais e organizações contábeis); bens e serviços (taxas com inscrições de registro e inscrições em cursos); financeiras (rendimentos de aplicação financeira e correção monetárias dos créditos vencidos); transferências (subvenções do CFC); outras receitas correntes (multas de infração/eleição e outras receitas) e receitas de capital (empréstimo p/construção da nova sede).

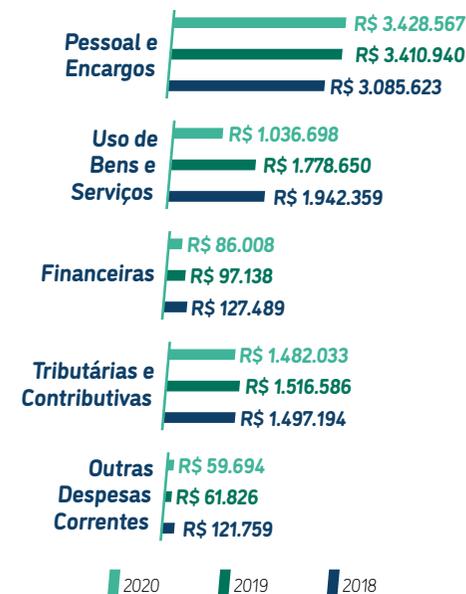
No exercício de 2020, as receitas arrecadadas totalizaram um montante de R\$ 9.094.397, com um alcance de 90% do valor previsto no orçamento para receitas correntes e 19% para receitas de capital. Enquanto que as despesas correntes atingiram 76% do valor previsto, e as de capital 75%, conforme demonstrado a seguir:

Diante do cenário mundial de pandemia, o CFC, aprovou a Resolução 1.587/2020, que postergou o prazo para pagamento da anuidade de 2020 e dos demais débitos parcelados. Assim, a arrecadação foi maior no segundo semestre e menor, em 12%, se comparado ao total recebido no ano anterior.

Por outro lado, as despesas correntes também foram reduzidas. Nas despesas com serviços observa-se uma redução de R\$ 741.952. Essa redução nos gastos foi resultado do contingenciamento de despesas, revisão dos contratos existentes.

Nas despesas de capital houve um aumento de 145% em relação ao exercício anterior, resultante da construção da nova sede que já se encontra em fase final de conclusão da obra.

Em relação ao resultado patrimonial houve um superávit de R\$ 3.257.977, sendo maior que o resultado patrimonial de 2019 que foi de R\$ 1.272.879



Receitas por grupo e elemento

RECEITAS CORRENTES						
Grupos de Receita	2020			2019		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Receita de Contribuições	6.446.556	6.146.858	95%	6.181.459	6.475.006	105%
Exploração de Bens e Serviços	351.033	173.699	49%	458.497	296.965	65%
Receitas Financeiras	908.225	699.348	77%	1.158.290	1.145.287	99%
Transferências	141.521	120.936	85%	211.662	138.991	66%
Outras Receitas Correntes	153.622	59.611	39%	201.676	169.131	84%
RECEITAS CORRENTES	8.000.957	7.200.453	90%	8.211.584	8.225.380	100%

RECEITAS DE CAPITALIS						
Grupos de Receita	2020			2019		
	Previsto	Realizado	%	Previsto	Realizado	%
Operações de Crédito Interna	4.189.000	1.893.944	45%	5.000.000	569.101	11%
Alienação de Bens Imóveis	300.000	-	0%	300.000	-	0%
RECEITAS DE CAPITAL	4.489.000	1.893.944	42%	5.300.000	569.101	11%
Previsão Adicional	5.569.991	-	0%	600.000	-	0%
TOTAL DAS RECEITAS	18.059.948	9.094.397	50%	14.111.584	8.794.481	62%

Despesas por grupo e elemento

DESPESAS CORRENTES						
Grupos de Despesa	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal e Encargos	3.428.567	3.410.940	3.428.567	2.102.139	3.359.268	2.059.589
Bens e Serviços	1.036.698	1.778.650	1.036.698	645.710	969.803	596.276
Financeiras	86.008	97.138	86.008	663.092	86.008	663.092
Tributárias e Contributivas	1.482.033	1.516.586	1.482.033	65.925	1.478.518	65.347
Outras Despesas Correntes	59.694	61.826	59.694	1.363.464	59.694	1.363.464
DESPESAS CORRENTES	6.093.000	6.865.141	6.093.000	4.840.329	5.953.291	4.747.768

DESPESAS DE CAPITAL						
Grupos de Despesa	Empenhada R\$		Liquidada R\$		Valores Pagos R\$	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Investimentos	7.505.351	3.059.859	7.505.351	3.059.859	6.064.303	2.664.022
DESPESAS DE CAPITAL	7.505.351	3.059.859	7.505.351	3.059.859	6.064.303	2.664.022
TOTAL DAS DESPESAS	13.598.351	9.925.000	13.598.351	7.900.189	12.017.594	7.411.790

Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Principais investimentos de capital (Infraestrutura / Equipamentos / Softwares)

O CRCPE segue as disposições legais previstas na Lei n.º 8.666/1993, Instrução Normativa n.º 205/1988 – SEDAP, Decreto n.º 9.373/2018 e alterações, Decreto n.º 9.764/2019, Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TSP 08 – Ativo Intangível e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial nos conselhos de profissão regulamentada.

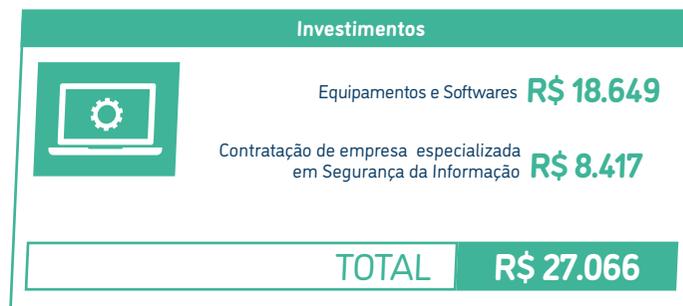
Em atendimento aos Objetivos Estratégicos n.º 12 (ampliar e integrar o uso da Tecnologia da Informação no Sistema CFC/CRCs) e n.º 15 (assegurar adequada infraestrutura e suporte logístico às necessidades do Sistema CFC/CRCs) da Resolução CFC n.º 1.543/2018, em 2020 houve investimento em equipamentos de TI com a aquisição de hardware e software para modernização do parque tecnológico, como também contratação de serviço especializado em segurança de TI.

Os valores lançados em “Obras em Andamento” referem-se aos gastos com a construção da nova sede, conforme boletins de medição da obra. O valor executado em 2020, refere-se aos boletins de medição do 9º ao 20º BM da empresa Times Engenharia LTDA e 9º ao 19º BM da empresa Premier Consultoria, Planejamento e Gerenciamento em Engenharia, empresas responsáveis pela execução e pelo gerenciamento da obra, respectivamente.

Investimentos	
Equipamentos	7.197
Obras e instalações	7.486.702
Softwares	11.452
TOTAL	7.505.351

Entre os resultados alcançados decorrentes dos investimentos em Tecnologia da Informação, como as aquisições em hardware e software, destacamos a contratação de empresa especializada em segurança de TI, com intuito de assegurar a disponibilidade e a segurança da infraestrutura para acesso aos serviços do CRCPE, dando continuidade à execução das atividades durante a adoção do home-office em função da pandemia.

Os investimentos em TI (equipamentos e softwares) no exercício de 2020, estão assim distribuídos:



Com estes investimentos em TI, o CRCPE atende as necessidades existentes de adequação do parque tecnológico para suportar o crescimento das demandas, além de permitir desenvolver o conhecimento em novas tecnologias, impulsionando a inovação de acordo com as Diretrizes do PDTI 2020 do CRCPE.

Foram investidos recursos na área de segurança e manutenção do prédio, da ordem de R\$ 141.463, sendo menor que os gastos de 2019 em -23%. A redução é decorrente de contratos que foram renegociados, suspensos ou reiniciados, em virtude da pandemia.

Manutenção e Conservação do Prédio	2020	2019	Diferença %
Serviços de Vigilância	19.602	20.436	-4%
Serviços de Limpeza	57.933	86.371	-33%
Serviços de CFTV	10.695	13.912	-23%
Outros Gastos (água, energia, seguros)	53.233	63.969	-17%
TOTAL	141.463	184.688	-23%

Desfazimento de ativos

Em 2020, foram baixados do sistema de bens patrimoniais, os softwares com licenças vencidas ou que estavam obsoletos, conforme relatório da comissão de inventário.

Ativo	QTD	Valor Atual	Depreciação Acumulada	Saldo (valor baixado)
Softwares	3	400	300	100
TOTAL GERAL	3	400	300	100

Locações de equipamentos

O CRCPE possui contrato de locação de impressoras (outsourcing) e o gasto em 2020 foi na ordem de R\$ 13.650, gerando economia com redução de custo na aquisição de suprimentos, de equipamentos novos e manutenções.

Gestão de Custos

Para o monitoramento e controle da execução orçamentária, o Sistema CFC/CRCs utiliza o Plano de Trabalho como ferramenta para nortear o caminho a ser seguido de forma a cumprir a missão e alcançar os seus objetivos, vislumbrando suas principais ações a serem realizadas no decorrer dos exercícios. As informações são alinhadas para que funcionem como instrumentos de programação e controle do planejamento, permitindo que a sua execução possua uma maior sincronia, para alcance dos objetivos e alinhamento às normas e regulamentos pertinentes à gestão orçamentária e financeira.

Atualmente, o CRCPE não adota metodologia para o rateio dos custos indiretos, no entanto controla os custos diretos que são alocados em 41 projetos, alinhados e vinculados a 14 objetivos estratégicos e 4 (quatro) programas de gestão. A distribuição por programa está evidenciada na página 19.

Valores por Objetivos Estratégicos

R\$

Objetivo Estratégico	Executado
Fortalecer a Participação Sócio-Político-Institucional perante às Instituições Públicas, Privadas, Sociedade Civil e Entidades Representativas da Classe	13.087
Elevar a percepção do valor da Profissão Contábil perante a Sociedade	100.403
Atuar como Fator de Proteção da Sociedade	8.228
Garantir Sustentabilidade Orçamentária e Financeira do Sistema CFC/CRCs	1.719.876
Aperfeiçoar, Ampliar e Difundir Ações de Educação Continuada, Registro e Fiscalização como Fator de Proteção da Sociedade	199.955
Inovar, Integrar e Otimizar a Gestão do Sistema CFC/CRCs	98.917
Ampliar e Integrar o Uso da Tecnologia da Informação no Sistema CFC/CRCs	132.934
Atrair e Reter Talentos	3.459.634
Influenciar na Formação das Competências e das Habilidades do Profissional, e Fomentar Programas de Educação Continuada e Fortalecer Conhecimentos Técnicos e Habilidades Pessoais dos Conselheiros e Funcionários do CFC/CRCs	21.975
Assegurar Adequada Infraestrutura e Suporte Logístico às Necessidades dos CRCs	7.843.341
TOTAL	13.598.351

(*) Foram firmadas parcerias, porém sem custos.

Principais desafios e ações futuras

Principais desafios e ações futuras

- 1 Ações inovadoras na área de Registro Profissional que resultem em novos registros de profissionais e de organizações contábeis e na atualização cadastral.
- 2 Ações inovadoras na área de Fiscalização do Exercício Profissional, através do cruzamento de informações para uma maior efetividade na proteção da sociedade.
- 3 Contratação de ferramentas de tecnologia da informação que tornem os processos mais sustentáveis e proporcionem melhor comunicação e agilidade.
- 4 Investimentos em tecnologia da informação para cumprimento de 21 (vinte e um) itens do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.
- 5 Ações de responsabilidade socioambiental que aperfeiçoem o relacionamento da entidade com a sociedade.
- 6 A elaboração anual do "Plano Anual de Contratações" em consonância com os projetos do Plano de Trabalho e Orçamento para consolidar as contratações que o Conselho pretende realizar ou prorrogar, no exercício subsequente.

Balanço Patrimonial (BP)

R\$

ATIVO	NE	2020	2019
Ativo Circulante		10.456.941	11.356.966
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	4.919.819	8.267.378
Créditos de Curto Prazo	2/3	3.746.696	3.000.179
Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	4	1.744.110	43.315
Estoques	5	44.831	44.451
Var. Diminutivas Pagas Antecipadamente	6	1.485	1.643
Ativo Não Circulante		15.589.542	8.092.321
Ativo Realizável a Longo Prazo	2/3	366.489	236.619
Investimentos, Imobilizado e Intangível	7	15.223.053	7.855.702
Total do Ativo		26.046.484	19.449.287

R\$

PASSIVO	NE	2020	2019
Passivo Circulante		3.758.067	2.484.709
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	8	69.299	42.549
Obrigações de Curto Prazo	8	1.613.940	487.418
Demais Obrigações de Curto Prazo	8	36.407	71.297
Provisões de Curto Prazo	9	1.627.359	1.805.761
Empréstimo de Curto Prazo	10	411.063	77.682
Passivo Não Circulante		2.134.639	493.221
Empréstimos de Longo Prazo	10	2.134.639	493.221
Total do Passivo		5.892.706	2.977.929
Patrimônio Líquido	11	20.153.778	16.471.358
Total do Passivo + Patrimônio Líquido		26.046.484	19.449.287

Quadro dos Ativos e dos Passivos Financeiros e Permanentes (Lei n.º 4.320/1964)

Ativo Financeiro		6.665.414	8.312.336	Passivo Financeiro	12	2.011.124	890.921
Ativo Permanente	12	19.381.070	11.136.951	Passivo Permanente		3.881.581	2.087.008
Saldo Patrimonial						20.153.778	16.471.358

Quadro das Contas de Compensação (Lei n.º 4.320/1964)

Atos Potenciais Ativos	13	1.725.955	3.619.899	Atos Potenciais Passivos	13	2.074.679	8.194.114
------------------------	----	-----------	-----------	--------------------------	----	-----------	-----------

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Variações Patrimoniais Quantitativas

R\$

Variações Patrimoniais Aumentativas	NE	2020	2019
Contribuições		8.233.514	8.324.592
Exploração de bens e serviços		291.878	433.817
Financeiras		2.621.179	2.599.297
Transferências		1.851.246	138.991
Outras variações patrimoniais aumentativas		1.835.934	3.732.905
Total		14.833.752	15.229.602

Variações Patrimoniais Diminutivas		2020	2019
Pessoal e encargos		3.464.933	3.453.499
Uso de bens e serviços		1.174.375	1.930.519
Financeiras		246.269	204.593
Tributárias e contributivas		1.645.338	1.570.222
Desvalorização e perda de ativos		4.640.423	6.247.656
Outras variações patrimoniais diminutivas		404.438	550.236
Total		11.575.775	13.956.724
Resultado Patrimonial do Exercício	14	3.257.977	1.272.879

Variações Patrimoniais Qualitativas

R\$

Descrição		2020	2019
Incorporação de Ativos		7.505.351	2.848
Investimentos		7.505.351	3.059.859
Incorporação de Passivos		1.893.944	569.101
Operações de Crédito Internas		1.893.944	569.101

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

R\$

Descrição	Patrimônio líquido	
	2020	2019
Saldo Inicial do Exercício	16.471.358	15.161.340
Ajustes de Exercício Anterior	424.443	37.139
Resultado do Exercício	3.257.977	1.272.879
Saldo Final do Exercício	20.153.778	16.471.358

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido do CRCPE nos exercícios de 2020 e 2019, bem como, sua evolução no período. Ressalta-se o incremento de 22% em seu Patrimônio Líquido em comparação a 2019..

Resultado Patrimonial	
2020	R\$ 3.257.977
2019	R\$ 1.272.879

Balanço Financeiro (BF)

R\$

Ingressos	NE	2020	2019
Receita Orçamentária		9.094.397	8.794.481
Receitas Correntes		7.200.453	8.225.380
Receitas de Capital		1.893.944	569.101
Recebimentos Extraorçamentários	15	1.171.177	387.673
Disponível do Exercício Anterior		8.267.378	9.043.181
Dispêndios		13.598.351	9.925.000
Despesa Orçamentária		13.598.351	9.925.000
Despesas Correntes		6.093.000	6.865.141
Despesas de Capital		7.505.351	3.059.859
Pagamentos Extraorçamentários	15	14.782	32.958
Disponível para o Exercício Seguinte		4.919.819	8.267.378
Total		18.532.952	18.225.336

Balanço Orçamentário (BO)

Receitas orçamentárias

R\$

Receitas Orçamentárias	NE	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo
Receitas Correntes	16	8.000.957	8.000.957	7.200.453	(800.504)
Contribuições		6.446.556	6.446.556	6.146.858	(299.698)
Exploração de bens e serviços		351.033	351.033	173.699	(177.334)
Financeiras		908.225	908.225	699.348	(208.877)
Transferências		141.521	141.521	120.936	(20.585)
Outras receitas correntes		153.622	153.622	59.611	(94.011)
Receitas de Capital		4.489.000	4.489.000	1.893.944	(2.595.056)
Operações de créditos internos		4.189.000	4.189.000	1.893.944	(2.295.056)
Alienações de bens		300.000	300.000	0	(300.000)
Total das Receitas		12.489.957	12.489.957	9.094.397	(3.395.560)
Déficit	16	-	-	-4.503.954	
Total		12.489.957	12.489.957	9.094.397	(3.395.560)
SalDOS de Exercícios Anteriores – Superávit Financeiro			5.569.991		

As receitas de contribuição do Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco são constituídas através da arrecadação das anuidades pagas pelos profissionais e pelas organizações contábeis.

Superávit Orçamentário Corrente

2020 R\$ 1.107.454

2019 R\$ 1.360.240

Déficit Orçamentário Geral

2020 - R\$ 4.503.954

2019 - R\$ 1.130.519

Despesas orçamentárias

R\$

Despesas Orçamentárias	NE	Dotação Inicial	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo
Despesas Correntes	16	8.000.957	-	8.000.957	6.093.000	6.093.000	5.953.291	1.907.957
Pessoal e encargos		3.499.496	80.000	3.579.496	3.428.567	3.428.567	3.359.268	150.929
Uso de bens e serviços		2.709.547	-135.000	2.574.547	1.036.698	1.036.698	969.803	1.537.848
Financeiras		136.234	-	136.234	86.008	86.008	86.008	50.226
Transferências correntes		2.000	-	2.000	-	-	-	2.000
Tributárias e contributivas		1.559.681	35.000	1.594.681	1.482.033	1.482.033	1.478.518	112.648
Outras despesas correntes		94.000	20.000	114.000	59.694	59.694	59.694	54.306
Despesas de Capital		4.489.000	5.569.991	10.058.991	7.505.351	7.505.351	6.064.303	2.553.640
Investimentos		4.489.000	5.569.991	10.058.991	7.505.351	7.505.351	6.064.303	2.553.640
Subtotal		12.489.957	5.569.991	18.059.948	13.598.351	13.598.351	12.017.594	4.461.597
Total das Despesas		12.489.957	5.569.991	18.059.948	13.598.351	13.598.351	12.017.594	4.461.597

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

R\$

Descrição	2020	2019
Fluxos de Caixa das Operações		
Ingressos	7.200.453	8.225.380
Receitas	7.200.453	8.225.380
Receita de Contribuições	6.146.858	6.475.006
Exploração de Bens e Serviços	173.699	296.965
Receitas Financeiras	699.348	1.145.287
Transferências (Subvenções)	120.936	138.991
Outras Receitas	59.611	169.131
Desembolsos	4.936.605	6.510.425
Despesas	4.936.605	6.510.425
Pessoal, Encargos e Benefícios	3.386.853	3.416.618
Uso de Bens e Serviços	(83.058)	1.414.155
Despesas Tributárias e Contributivas	1.479.090	1.523.561
Outras Despesas	153.719	156.090
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades das Operações	2.263.848	1.714.955
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Desembolsos	7.505.351	3.059.859
Aquisição de Ativo Não Circulante	7.505.351	3.059.859
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(7.505.351)	(3.059.859)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Ingressos	1.893.944	569.101
Operações de Crédito	1.893.944	569.101
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	1.893.944	569.101
Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa	(3.347.559)	(775.803,09)
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	8.267.378	9.043.181
Caixa e Equivalente de Caixa Final	4.919.819	8.267.378

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações ocorridas no Caixa e seus equivalentes, segregando as atividades de operação, de investimentos e de financiamento.

As informações são úteis para proporcionar aos usuários das Demonstrações Contábeis, uma base para avaliar a capacidade do CRCPE em gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades de utilização desses fluxos de caixa.

No exercício de 2020, o CRCPE apresentou uma geração líquida de caixa negativa em -R\$ 3.347.559. Entende-se assim, que os recursos recebidos não foram suficientes para cobertura das despesas, sendo necessário a utilização de parte dos recursos financeiros disponíveis no caixa e equivalentes de caixa.



Restos a Pagar Processados (RPP)

R\$

Restos a Pagar Processados	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo
	NE	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro			
Despesas Correntes		92.561	139.709	92.561	-	139.709
Despesas de Capital		395.837	1.441.048	395.837	-	1.441.048
Total	17	488.398	1.580.757	488.398	-	1.580.757

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis

Contexto Operacional

O Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco (CRCPE) é uma Autarquia Federal Especial, dotada de personalidade jurídica de direito público. Sua estrutura, organização e funcionamento são estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 9.295/1946 e pela Resolução CFC n.º 1.370/2011, e alterações posteriores, que aprova o Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade.

A sede está localizada à Rua do Sossego, n.º 693, Santo Amaro – Recife/PE – CEP 50100-150.

Os Conselhos de Contabilidade, por delegação, prestam serviços públicos e tem por finalidade, dentre outras, registrar os profissionais e as organizações contábeis para atuarem no mercado, orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil. E cabe ao CFC regular acerca dos princípios contábeis, do Exame de Suficiência, do cadastro de qualificação técnica e dos programas de educação continuada, bem como editar Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional.

Base da Preparação e Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade de sua Administração e foram elaboradas em conformidade com a Lei n.º 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP); a Resolução CFC n.º 1.161/09, que aprovou o Manual de Contabilidade do Sistema CFC/CRCs e à Instrução de Trabalho da Câmara de Controle Interno do CFC – INT/VPCI n.º 26/2020.

As demonstrações que compõem a Prestação de Contas da Gestão, do exercício de 2020, são: o Balanço Patrimonial (BP), as Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP), o Balanço Financeiro (BF), o Balanço Orçamentário (BO), o Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados, Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as Notas Explicativas. Os demonstrativos foram extraídos do Sistema de Contabilidade.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e nelas estão evidenciados os critérios utilizados na elaboração dos demonstrativos. Além disso, tem por objetivo destacar e interpretar detalhes de informações relevantes que são complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas nas Demonstrações Contábeis.

Uso de Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o CRCPE fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

- Ativo Imobilizado – os bens classificados no imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição. No exercício de 2020, não ocorreram reavaliações. No entanto, no exercício de 2012, os itens do patrimônio foram submetidos ao procedimento de avaliação, reconhecendo o valor depreciável e o valor residual dos ativos imobilizados, seguindo as orientações contidas na Instrução de Trabalho do CFC INT/VPCI N.º 004/2012, conforme prevê o item 11 da NBC T 16.9, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/08.
- A determinação da vida útil econômica dos bens adquiridos e postos em operação, foi definida nos laudos de avaliação. Para os bens adquiridos e postos em operação a partir de 1º/01/2011, a vida útil foi definida pela Câmara de Controle Interno do CFC, por meio da INTVPCI n.º 04/2012 elaborada com base na IN da Secretaria da Receita Federal (SRF) n.º 162/1998.

- As provisões para riscos cíveis e trabalhistas são reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação e poderão ser classificadas como passivo contingente, como passivo exigível ou, ainda, como item de divulgação em nota explicativa.

Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional das operações do CRCPE.

Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações Contábeis estão definidas e demonstradas a seguir. Ressalta-se que essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

Balanço Patrimonial (BP)

O BP evidencia a situação patrimonial do CRCPE em 31 de dezembro de 2020 e em 2019 e demonstra a posição estática dos ativos e passivos no final do exercício, possibilitando ao usuário, compreender a composição dos bens e direitos (ativos), das obrigações (passivos) e dos resultados acumulados da gestão patrimonial ao longo de vários exercícios (patrimônio líquido).

Nota Explicativa 1

Caixa e Equivalentes de Caixa

Os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa, são administrados pelo Conselho Regional de Contabilidade de Pernambuco, em consonância ao que dispõe o § 3º do art. 164 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição	2020	2019
Bancos Conta Arrecadação	62.187	23.158
Bancos Aplicação Financeira	4.854.698	7.856.122
Disponível para Aplicação Vinculada	2.933	388.098
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.919.819	8.267.378

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

Os recursos não utilizados na operacionalização das atividades foram aplicados por intermédio das Instituições Financeiras Oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), em títulos lastreados do Tesouro Nacional, em observância aos limites e condições de proteção e prudência financeira, alinhados ao que dispõe o §1º do art. 43 da Lei Complementar nº 101/2000 e as receitas resultantes das aplicações desses recursos foram reconhecidas nas respectivas contas de resultado.

Nota Explicativa 2

Créditos a Receber

Os créditos a receber são valores previstos em função do regulamentado no Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946:

“Art.11. – A renda dos Conselhos Regionais será constituída do seguinte:

- a) 4/5 da taxa de expedição das carteiras profissionais estabelecidas no art. 17 e seu parágrafo único;*
- b) 4/5 das multas aplicadas conforme alínea “b,” do artigo anterior;*
- c) 4/5 da arrecadação da anuidade prevista no art. 21 e seus parágrafos;*
- d) doações e legados.”*

Os direitos e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original na data do Balanço Patrimonial.

Os créditos foram contabilizados pelo regime de competência, no curto e/ou longo prazo, como créditos a receber e o seu reflexo foi evidenciado nas variações aumentativas, sendo apresentado em 31/12/2020, um montante de:

Créditos a Receber de Curto Prazo

Descrição	2020	2019
Créditos de Curto Prazo	15.611.232	12.083.286
Créditos de Longo Prazo	6.108.156	5.877.292

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

Nota Explicativa 3

Ajustes para Perdas de Créditos

Sobre os créditos brutos a receber, foram aplicados os percentuais de inadimplência de 76% para curto prazo e 75% para longo prazo. A metodologia de cálculo foi baseada no Pronunciamento VPCI/CFC nº 85/2012, que apura o percentual de inadimplência com base na média dos três últimos exercícios. Aplicando-se o percentual de inadimplência sobre o total dos créditos a receber de curto prazo e longo prazo, obteve-se a provisão de perda estimada, conforme demonstrado:

Perda Estimada de Créditos

Descrição	Ativo Circulante	
	2020	2019
Saldo de Créditos de Curto Prazo	15.611.232	12.083.286
Percentual de Inadimplência	76%	75%
Cálculo de Ajuste de Perdas	-11.864.537	-9.083.107
Créditos Líquidos a Receber	3.746.696	3.000.179
Descrição	Ativo Não Circulante	
	2020	2019
Saldo de Créditos de Longo Prazo	6.108.156	5.877.292
Percentual de Inadimplência	94%	96%
Cálculo de Ajuste de Perdas	-5.741.667	-5.640.673
Créditos Líquidos a Receber	366.489	236.619

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

Nota Explicativa 4

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Correspondem aos valores a receber relativos aos adiantamentos a pessoal, valores a receber de entes públicos e bloqueios judiciais, conforme detalhamento a seguir.

Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Descrição	2020	2019
Adiantamento Concedido a Pessoal e a Terceiros	5.001	42.533
Tributos e Contribuições a Recuperar	782	782
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.017	-
Demais Créditos com Vinculação Orçamentária	1.730.310	-
Total de Demais Créditos e Valores de Curto Prazo	1.744.110	43.315

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

Adiantamento Concedido a Pessoal e Terceiros

Valores relativos ao adiantamento de férias concedido a uma funcionária em 29/12/2020, ao salário família pago na folha de dezembro/20 que será compensado na GFIP a ser recolhida no mês de janeiro/2021 e à participação dos funcionários no custeio do vale transporte, cujo descontos ocorrerá na folha de pagamento referente ao mês de janeiro/2021.

Tributos e Contribuições a Recuperar

Compreende os valores a receber de entes públicos, referentes ao recolhimento indevido de impostos federais, cujo pedido de restituição já foi enviado à Secretaria da Receita Federal.

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados

O saldo apresentado em 31/12/2020 corresponde ao bloqueio judicial ocorrido em 27/08/2020, em decorrência de trâmite judicial de processo movido contra o regional, cujo valor só foi devolvido, após o encerramento do exercício.

Demais Créditos com Vinculação Orçamentária

Neste grupo estão reconhecidos os direitos a receber do CFC, relativos às parcelas restantes do empréstimo destinado à construção da nova sede, e ao auxílio para o projeto de ampliação e atualização do parque de informática.

Nota Explicativa 6

VPD Pagas Antecipadamente

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestações de serviços ocorrerão até o término do exercício seguinte.

VPD Pagas Antecipadamente

Descrição	2020	2019
Seguros a apropriar	1.485	1.485
Assinaturas	-	158
Total de VPD Pagas Antecipadamente	1.485	1.643

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

Nota Explicativa 5

Estoques

Compreende o somatório dos bens adquiridos pelo CRCPE, com o objetivo de utilização própria no curso normal de suas atividades operacionais e administrativas.

Os bens em almoxarifado são avaliados, na entrada, pelo valor original das aquisições. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, considerando o custo histórico dos materiais. As apropriações provenientes da utilização são contabilizadas em contas de resultado.

Materiais de Consumo

Descrição	2020	2019
Materiais de Expediente	9.257	9.580
Impressos, Formulários e Papéis	4.968	1.940
Materiais de Informática	27.907	25.127
Materiais de Higiene, Limpeza e Conservação	2.699	7.803
Total do Almoxarifado	44.831	44.451

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

Os materiais disponíveis em almoxarifado foram inventariados em 31/12/2020 e os ajustes necessários à sua regularização foram realizados no sistema operacional de controle de estoques, os quais não influenciaram nos saldos das contas patrimoniais.

Nota Explicativa 7

Investimentos, Imobilizado e Intangível

Os bens que integram o imobilizado e o intangível estão assim distribuídos:

Imobilizado

Bens móveis e imóveis

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição com exceção dos bens que foram reavaliados a valor de mercado e reconhecidos contabilmente, no exercício de 2012.

Por meio da Portaria nº 251/2020, foi nomeada a comissão para o levantamento de bens móveis, que apresentou relatório conclusivo à administração apontando em relatório específico o resultado dos bens inventariados.

Os saldos das contas do Imobilizado, em 31/12/2020, são:

Bens Móveis e Imóveis

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2020	Depreciação acumulada
Móveis e Utensílios	261.941	-	-	261.941	-151.829
Máquinas e Equipamentos	103.971	-	-	103.971	-63.028
Instalações	8.656	-	-	8.656	-3.417
Utensílios de copa e cozinha	3.014	-	-	3.014	-2.216
Veículos	201.123	-	-	201.123	-157.193
Equipamentos de processamento de dados	432.205	7.197	-	439.402	-324.233
Museu e Obras de Arte	12.996	-	-	12.996	-
Sede	733.000	-	-	733.000	-101.419
Subsedes / Salas / Garagens	564.668	-	-	564.668	-167.892
Terrenos	2.753.593	-	-	2.753.593	-
Obras em Andamento	3.601.757	7.486.710	8	11.088.459	-
Total bens móveis	8.676.923	7.493.907	8	16.170.822	-971.226

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

Depreciação

A depreciação e amortização de bens adquiridos e postos em operação, utilizam o método das cotas constantes com critérios definidos na Instrução Normativa CCI/CFC nº 04/2012.

Os bens são depreciados a partir do mês subsequente à aquisição e ou instalação, a tabela abaixo demonstra o tempo de vida útil e o valor residual de cada grupo do imobilizado:

Vida Útil e Depreciação dos Bens Patrimoniais

Descrição	Vida Útil (Anos)	Valor Residual
Sede, Salas e Garagens	25 anos	10%
Móveis e Utensílios/ Máquinas e Equipamentos/ Instalações	10 anos	10%
Veículos / Equipamentos de Processamento de Dados	5 anos	10%

Fonte: INTVPCI/CFC 04/2012

Intangível

O ativo intangível correspondente aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades e é mensurado ou avaliado, inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção.

Bens Intangíveis

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/12/2020	Amortização acumulada
Softwares	53.410	11.452	400	64.462	(41.004)

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

Amortização

A amortização dos ativos intangíveis é efetuada de acordo com a vida útil definida.

Nota Explicativa 8

Passivo Circulante

O passivo circulante é composto pelas obrigações trabalhistas e previdenciárias; obrigações de curto prazo; demais obrigações de curto prazo; provisões de curto prazo e empréstimo de curto prazo. As obrigações são classificadas como passivos circulantes, quando o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, serão classificadas como passivo não circulante. São evidenciados ainda neste grupo, os valores retidos de fornecedores de serviços terceirizados e depositados em conta vinculada específica, conforme disposto da IN MODG nº 5/2017.

Obrigações Trabalhistas / Fiscais / Consignados / Fornecedores

Descrição	2020	2019
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	69.299	42.549
Obrigações Fiscais de Curto Prazo	64.844	24.839
Depósitos Consignáveis	44.134	27.049
Fornecedores	1.504.962	435.530
Total de Obrigações Trabalhistas e de Curto Prazo	1.683.239	529.967

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias

Correspondem ao INSS Patronal, FGTS e PIS sobre a folha de pagamento do mês de dezembro/2020 e sobre o 13º salário.

Obrigações Fiscais

São decorrentes das retenções efetuadas de contratações realizadas junto à fornecedores pela aquisição de bens e/ou serviços.

Depósitos Consignáveis

Compreende os valores retidos de funcionários referentes ao INSS, ao IRRF e aos empréstimos consignados.

Fornecedores

O aumento evidenciado no saldo desta conta em 31/12/2020, é decorrente da apropriação das notas fiscais dos serviços de execução, gerenciamento e fiscalização da obra de construção da nova sede, que totalizaram R\$ 1.425.462 e foram reconhecidos no mês dezembro/20. Os valores decorrentes de empenhos liquidados e não pagos no exercício são evidenciados no Demonstrativo dos Restos a Pagar.

As Demais Obrigações de Curto Prazo, apresentam os saldos dos grupos: Contas a Pagar; Transferências Legais e Outras Obrigações.

Contas a Pagar/ Transferências Legais e Outras Obrigações

Descrição	2020	2019
Contas a Pagar	2.982	9.747
Transferências Legais	3.514	572
Outras Obrigações	29.911	60.979
Total de Demais Obrigações	36.407	71.297

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

O saldo da conta "Transferências Legais" refere-se à Cota Parte devida ao Conselho Federal de Contabilidade. O CRCPE repassa mensalmente o valor de 20% (vinte por cento) de suas receitas.

No grupo de contas "Outras Obrigações" constam o saldo de "Créditos Não Identificados", onde são lançados os valores de boletos recebidos em duplicidade ou recebidos a maior e os depósitos judiciais não identificados, os quais, são objeto de análise detalhada para posterior identificação e baixa nos sistemas financeiro e contábil.

Nota Explicativa 9

Provisões de Curto Prazo

No passivo circulante, são evidenciadas também as provisões trabalhistas, provisões para riscos trabalhistas e cíveis e provisão para cota parte.

Provisões Trabalhistas

São as provisões para 13º salário, férias e encargos. São constituídas mensalmente, em atendimento ao regime de competência, com base nos períodos aquisitivos de cada funcionário, acrescidas dos respectivos encargos, conforme relatório expedido pelo sistema de folha de pagamento, mensal:

Provisões de Férias

Títulos	2020	2019
Provisão de Férias	223.409	222.033
Encargos Sociais	68.070	67.622
Total de Provisões Trabalhistas	291.479	289.656

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

Não ocorreram alterações significativas nos saldos da provisão de férias, pois não aconteceram modificações expressivas no número de colaboradores, em virtude de contratações ou demissões. Na composição das provisões não há férias acumuladas, mas, há férias a vencer. Os saldos referentes às provisões para décimo terceiro salário e seus encargos patronais foram baixados por ocasião do pagamento da segunda parcela, ocorrido no dia 20/12/2020.

Provisões para Riscos Trabalhistas e Cíveis

Foram constituídas com base no Relatório de Passivos Contingentes da Assessoria Jurídica do CRCPE. O Conselho possui processos avaliados com risco de perda praticamente certo, provável e remoto, este último não é reconhecido contabilmente, conforme estabelecido pela NBC TG 25 (R1), aprovada pela Resolução CFC nº 1.180/09.

Provisão para Riscos Trabalhistas e Cíveis

Processos Trabalhistas	2020		2019	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Provável	-	-	2	200.000
Praticamente Certo	-	-	-	-
Remoto	-	-	-	-
Total	-	-	2	200.000

Processos Cíveis	2020		2019	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Praticamente Certo	15	252.120	15	262.564
Provável	15	261.123	17	406.182
Possível	-	-	-	-
Remoto (não contabiliza)	4	4.000	-	-
Total (excetuando-se os remotos)	34	513.243	32	668.746
Total de Provisões Trabalhistas/Cíveis	34	513.243	34	868.746

Fonte: Relatório da Assessoria Jurídica do CRCPE

O CRCPE não possui processos trabalhistas em 31/12/2020. Os dois processos trabalhistas reconhecidos em 2019 não estavam classificados adequadamente, pois tratavam-se de processos de natureza cível. Os mesmos foram transferidos para a classificação contábil adequada em dez/2020. Os processos cíveis totalizam um montante de R\$ 513.243, com prognósticos de perdas classificados como “praticamente certo” e “provável”, reconhecidos no Balanço Patrimonial, sendo 15 (quinze) classificados como “praticamente certo” e 15 (quinze) como “provável”.

Ressalta-se que os processos contingentes cuja avaliação do grau de perda foi classificada como “remota” não são reconhecidos contabilmente, por isso, seus valores não foram somados aos totais das provisões.

Provisão para Cota Parte

Constitui cota parte o valor correspondente a 20% sobre os créditos a receber líquidos de curto e longo prazo conforme orientação do Pronunciamento nº 85/12 da Câmara de Controle Interno do CFC.

Cota Parte

Descrição	Créditos Líquidos	Cálculo Provisão da Cota
Créditos a Receber de Curto Prazo	3.746.696	749.339
Créditos a Receber de Longo Prazo	366.489	73.298
Total da Carteira	4.113.185	822.637

Nota Explicativa 10

Empréstimos

Em 12/06/2019 foi celebrado um contrato de mútuo (empréstimo) entre o CFC e este regional, destinado à construção da nova sede do CRCPE, aquisição de mobiliários, máquinas e equipamentos. A concessão no valor de R\$ 4.189.000 (quatro milhões, cento e oitenta e nove mil reais) foi aprovada pela Câmara de Desenvolvimento Operacional, do CFC, por meio da Deliberação CDO nº 069/2017 de 07/06/2017.

A obra foi iniciada efetivamente no ano de 2019, quando foi recebido o 1º repasse no valor de R\$ 569.101. Em 2020, foi recebido um montante de R\$ 1.893.944, restando um saldo de R\$ 1.725.955, que está reconhecido no (BP) como atos potenciais ativos (contas de compensação).

Os valores recebidos foram contabilizados pelo valor original, e os juros também foram evidenciados em contas distintas de acordo com o contrato.

Os registros contábeis referentes ao empréstimo obtido junto ao Conselho Federal de Contabilidade, com saldos atualizados em 31/12/2020, estão demonstrados a seguir:

Empréstimos

Curto Prazo	2020	2019
Empréstimo Principal	328.406	75.880
Juros sobre Empréstimos	226.629	34.620
(-) Encargos Financeiros a Apropriar	(143.972)	(32.818)
Total de Empréstimo de Curto Prazo	411.063	77.682
Longo Prazo	2020	2019
Empréstimo Principal	2.134.639	493.221
Juros sobre Empréstimos	286.664	65.352
(-) Encargos Financeiros a Apropriar	(286.664)	(65.352)
Total de Empréstimo de Longo Prazo	2.134.639	493.221
Total Geral de Empréstimo	2.545.701	570.903

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

Nota Explicativa 11

Patrimônio Líquido

O patrimônio é constituído de recursos próprios, sofrendo variações em decorrência de superávits ou déficits apurados anualmente:

Patrimônio Líquido

Descrição	2020	2019
Ajustes de Exercícios Anteriores	424.443	37.139
Resultado Patrimonial do Exercício	3.257.977	1.272.879
Resultados Acumulados de Exercícios Anteriores	16.471.358	15.161.340
Total do Patrimônio Líquido	20.153.778	16.471.358

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

Foram evidenciados lançamentos de ajustes nos saldos das provisões para processos trabalhistas e cíveis, em virtude da atualização das informações emitidas pela Assessoria Jurídica do CRCPE em 31/12/2020.

Nota Explicativa 12

Resultado Financeiro

O Resultado financeiro é representado pela diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurado em conformidade com a Lei nº 4.320/64, alinhado às orientações do Controle Interno do CFC. No exercício de 2020, foi apurado um superávit financeiro no valor de R\$ 4.654.290, que representa um percentual de -37% em relação ao resultado financeiro do exercício de 2019. A redução do superávit financeiro é decorrente da utilização dos recursos para o projeto de construção da nova sede, que reduziu o ativo financeiro.

Resultado Financeiro

Descrição	2020	2019
Ativo Financeiro	6.665.414	8.312.336
(-) Passivo Financeiro	2.011.124	890.921
Superávit Financeiro	4.654.290	7.421.415

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

Nota Explicativa 13

Contas de Compensação

Atos Potenciais Ativos e Passivos

O CRCPE mantém registrados em seu balanço, os contratos, convênios e acordos em atos potenciais, resguardando os direitos e deveres estabelecidos nesses documentos, bem como o registro prévio de futuros reflexos patrimoniais.

Nota Explicativa 14

Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o exercício financeiro. Essa demonstração apura o resultado patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido entre as variações aumentativas e diminutivas.

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial representa o superávit apurado com base no regime de competência, correspondente a diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e as Diminutivas, escrituradas no subsistema patrimonial.

As despesas de capital são classificadas como variações patrimoniais qualitativas, assim, as despesas com a execução da obra de construção da nova sede, não interferiu, portanto, neste resultado. As despesas de capital são consideradas investimentos, e apesar da saída de recursos financeiros do ativo, contribuíram para a valorização dos ativos imobilizados.

O valor apurado em 31/12/2020 demonstrado no BP, na ordem de R\$ 3.257.977, representa o superávit patrimonial do exercício, que teve uma evolução de 156% em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

Resultado Patrimonial	2020	2019
Var. Patrimoniais Aumentativas	14.833.752	15.229.602
(-) Var. Patrimoniais Diminutivas	11.575.775	13.956.724
Superávit Patrimonial	3.257.977	1.272.879

Fonte: Demonstrativo das Variações Patrimoniais 2020

Saldo Patrimonial Acumulado

Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes	2020	2019
Ativo Financeiro	6.665.414	8.312.336
Ativo Permanente	19.381.070	11.136.951
ATIVO (I)	26.046.484	19.449.287
Passivo Financeiro	2.011.124	890.921
Passivo Permanente	3.881.581	2.087.008
PASSIVO (II)	5.892.706	2.977.929
Saldo Patrimonial Acumulado (I-II)	20.153.778	16.471.358

Fonte: Balanço Patrimonial 2020

Nota Explicativa 15

Balanço Financeiro (BF)

O BF apresenta os ingressos e os dispêndios, evidenciando a receita e a despesa orçamentárias, os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos bancários advindos do exercício anterior. Dessa movimentação financeira, resulta um saldo financeiro, que é transferido para o exercício seguinte.

Nota Explicativa 16

Balanço Orçamentário (BO)

O BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, além de refletir as mudanças do orçamento anual, devido à elaboração de créditos adicionais. A diferença entre o total de receitas arrecadadas e de despesas empenhadas, gera o resultado orçamentário, que pode ser positivo — superávit orçamentário — ou negativo — déficit orçamentário. O resultado orçamentário evidencia a sobra ou a falta dos recursos arrecadados para cobertura das despesas empenhadas.

Resultado Orçamentário

O orçamento do CRCPE para o exercício de 2020 foi aprovado por meio da Resolução CRCPE nº 371/2019, publicada no Diário Oficial da União, em 20 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 12.489.957 e suplementado posteriormente conforme legislação vigente.

Para a suplementação do orçamento 2020, utilizou-se do superávit financeiro do exercício anterior, como fonte de recurso, no valor de R\$ 5.569.991, totalizando um orçamento de R\$ 18.059.948.

No balanço orçamentário estão contabilizados os valores das receitas arrecadadas e das despesas empenhadas e liquidadas, sendo o resultado orçamentário apurado pela diferença entre estas. O resultado orçamentário foi extraído com base no subsistema orçamentário e apresentou um déficit orçamentário de -R\$ 4.503.954.

Resultado Orçamentário	2020	2019
Receitas Arrecadadas (corrente + capital)	9.094.397	8.794.481
Despesas Liquidadas (corrente + capital)	13.598.351	9.925.000
Déficit Orçamentário	-4.503.954	-1.130.519

Fonte: Balanço Orçamentário 2020

Nota Explicativa 17

Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar Processados (RPP)

O demonstrativo da execução dos restos a pagar processados em 31 de dezembro de 2020, totalizou R\$ 1.580.757, correspondente às despesas empenhadas e liquidadas, mas, que não foram pagas até o final do exercício de 2020.

Os valores reconhecidos em Restos a Pagar Processados se referem às obrigações com vencimento após o encerramento do exercício, como os encargos sociais sobre a folha de pagamento e demais obrigações com fornecedores, pela contraprestação de serviços ocorridos no mês de dezembro/20, mas que não foram pagos no exercício.

Além dessas despesas, foi inscrito também a diferença de Cota Parte devida ao CFC referente ao quarto trimestre de 2020, cujo valor será repassado no 1º mês do exercício subsequente.

Foram inscritas também as despesas de capital relativas à execução e gerenciamento da obra de construção da nova sede, que foram liquidadas no mês de dezembro/2020 e não foram pagas no exercício.

A seguir, estão demonstrados os valores reconhecidos em restos a pagar, classificados por grupos de despesas:

Restos a Pagar Processados

Descrição	2020	2019
Pessoal e Encargos	69.299	42.549
Uso de Bens e Serviços	66.895	49.434
Despesas Tributárias e Contributivas	3.514	578
Investimentos	1.441.048	395.837
Total Inscrito em RP	1.580.757	488.398

Fonte: Demonstrativo de Execução dos Restos a Pagar Processados

Nota Explicativa 18

Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

O demonstrativo deverá evidenciar as movimentações ocorridas no Caixa e seus equivalentes, segregando as atividades de operação, de investimentos e de financiamento. As informações da DFC são úteis para proporcionar aos usuários das Demonstrações Contábeis, uma base para avaliar a capacidade do CRCPE em gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades de utilização desses fluxos de caixa.

No exercício de 2020, o CRCPE apresentou uma geração líquida de caixa negativa em -R\$ 3.347.559. Entende-se assim, que os recursos recebidos não foram suficientes para cobertura das despesas, sendo necessário a utilização de parte dos recursos financeiros disponíveis no caixa e equivalentes de caixa.

Nota Explicativa 19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

O demonstrativo tem a finalidade de divulgar as variações do patrimônio líquido, bem como, sua evolução no período.

Em 31/12/2020, o saldo patrimonial foi na ordem de R\$ 20.153.778, representando um aumento de 22% em relação ao saldo patrimonial do exercício anterior.

Nota Explicativa 20

Outras Informações

As Demonstrações Contábeis do CRCPE foram aprovadas pela Câmara de Controle Interno do regional, conforme Parecer CCI nº 02/2021 e pelo Plenário conforme Deliberação CRCPE nº 003/2021.

Essas Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis e foram elaboradas em consonância com a legislação vigente.

Recife, 31 de dezembro de 2020.

Contadora **Maria Dorgivânia Arraes Barbará**
Presidente do CRCPE
CRCPE – 013697/O-9 CT

Contadora **Adriana Marques dos Santos Souza**
CRCPE – 017743/O-1 CT

Expediente

Presidente

Contadora Maria Dorgivânia Arraes Barbará

Vice-Presidente de Administração e Finanças

Contador Claudio Lino Lippi

Vice-Presidente de Controle Interno

Contador Eduardo Carlos Pessoa de Amorim

Vice-Presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina

Contador Roberto Vieira do Nascimento

Vice-Presidente de Registro

Técnico em Contabilidade Josemi Sidney Barbosa Vieira

Vice-Presidente de Desenvolvimento Profissional

Contadora Deborah Marinho de Barros Perez Farias

Vice-Presidente Técnico

Contador Arnaldo Antônio Duarte Ribeiro

Diretora Executiva

Contadora Luciana Maria Rodrigues

Comissão responsável pela Elaboração do Relato Integrado do CRCPE referente ao exercício de 2020

Contador Claudio Lino Lippi - Coordenador
Contadora Luciana Maria Rodrigues
Contadora Ana Gabriela de Queiroz Guimarães
Lúcia Helena Passos de Araújo
Henrique de Lima Dias
Natália Francisca de Farias Melo

Revisão

Assessoria de Comunicação

Diagramação

Henrique de Lima Dias